

Outubro 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net, etc

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Presild	1
1.2 Permanece braço de ferro entre vendedores e administração	1
1.3 "Os potenciais compradores do Nosso Super serão divulgados"	1
1.4 Receitas não chegam para baixar os níveis de pobreza no País	2
1.5 Huambo: Funcionários do sector agrícola frequentam seminário sobre delimitação de terras	3
1.6 Banco Atlântico dispõe de USD 50 milhões para financiar projectos de jovens angolanos	3
1.7 Pobreza constitui a maior violação dos direitos humanos	4
1.8 Sistema da ONU quer parceria da mídia no combate à pobreza	5
1.9 Representante do PNUD defende investimento na zona rural	5
1.10 Função Pública ganha novo ajustamento salarial	5
2 Mercado Informal e Microfinanças	7
2.1 Ganhos bancários caíram em 2006	7
2.2 Permanece braço de ferro entre vendedores e administração	7
2.3 A hierarquia dos bancos na análise da Deloitte	8
2.4 Cunene: Cooperativas agrícolas beneficiam de micro-crédito no Cuvelai	8
2.5 Kwanza Norte: Administração do Cazengo transfere maior mercado municipal	9
2.6 Benefícios para as mulheres	9
2.7 ZUNGA: Um "manual" de sobrevivência	9
2.8 Lunda Norte: Camponeses do Chitato beneficiam de micro-crédito do BPC	10
2.9 Lavadores de viaturas concorrem com estações de serviço	11
2.10 Projecto "Aldeia nova" erguerá casas no Zaire	11
2.11 Mulheres de ex-militares tornam-se empreendedoras	11
3 Governação e Descentralização	13
3.1 Porquê que o projecto "Aldeia Nova" tem energia eléctrica e o resto do município não?	13
3.2 'Fonga' promove encontro provincial da sociedade civil	13
3.4 «Quando a sociedade civil é capaz as sociedades crescem»	13
3.5 Um Governo tradicional respeitado	14
3.6 Uíge: Fonga realiza conferência com sociedade civil	15
3.7 Open Society diz que o governo limita actividades das ONGs	15
3.8 Como encaram os cidadãos o exercício democrático em Angola?	16
3.9 Autoridades tradicionais analisam coabitação com o poder do estado	16
3.10 Governo aprova OGE para 2008	17
3.11 OGE/2008 calculado em 2,5 triliões de kwanzas	17
4 Eleições e Educação Cívica	19
4.1 "Há uma indefinição sobre quando teremos as eleições gerais no país"	19
4.2 Ministro da Comunicação Social e Rede Eleitoral dialogam sobre o Registo Eleitoral	19
4.3 Os números do registo e os seus reflexos sobre a população	20
4.4 CIPE e UNITA caminham em direcções opostas	20
4.5 Em curso plano para enviabilizar as eleições	21
4.6 Galo negro diz que há tendências bem definidas	22
4.7 Em curso plano para enviabilizar as eleições	22
4.8 Luz ténue nas contas finais do registo eleitoral	23
4.9 Ong Development Workshop balanceia programa de educação cívica eleitoral	24
4.10 Presidente da República reafirma realização das eleições em 2008	24
5 Educação, Juventude e Criança	25
5.1 Luanda tem menos escolas do que estima	25
5.2 INAC constata andamento do processo de registo gratuito de menores no Sambizanga	25

5.3 Banco Atlântico dispõe de USD 50 milhões para financiar projectos de jovens angolanos.....	26
5.4 Kilamba Kixi realiza campanha de registo para crianças	26
5.5 Malanje: Fundo Lwini entrega 100 caixas de livros infantis à Província.....	27
5.6 Campus Universitário recebe primeiros estudantes em 2008	27
5.7 Mais 206 novas salas de aulas em 2008	28
5.8 Pastoreio do gado tira crianças da escola	28
6 Terra, Habitação e Urbanização	30
6.1 Projecto habitacional Uniprev desaponta clientes	30
6.2 Contagem decrescente da eleições	30
6.3 GPL: Votos perdidos	31
6.4 Huambo: Funcionários do sector agrário frequentam seminário sobre delimitação de terras	31
6.5 Cabinda: Administrador desencoraja compra de terrenos de forma ilegal	31
6.6 Benguela: ordenamento do território analisado no Bocoio.....	32
6.7 Uma vítima dentre os muitos despejados das moradias do Estado.....	32
6.8 Construtoras portuguesas continuam a sujar praia da chicala.....	33
6.9 Anarquia ganha terreno.....	33
6.10 Venda de terreno traz makas no «BêO».....	34
7 Serviços Básicos	36
7.1 Huambo: População privada de água potável há mais de um ano.....	36
7.2 Estação das chuvas e o martírio dos sem caros	36
7.3 GPL adopta plano para minimizar consequência das próximas chuvas	36
7.4 Ministro da Saúde considera estável situação sanitária da província	37
7.5 Estragos das últimas chuvas ainda atormentam luandenses	37
7.6 Estado do saneamento entra hoje em debate.....	38
7.7 Benguela fornece água potável a 32 mil consumidores 24/24 horas.....	39
7.8 Água para as eleições	39
8 Paz e Reconciliação	41
8.1 Bié: ONG britânica destrói mais de mil engenhos explosivos	41
8.2 Homenagem aos heróis do jornalismo comunitário	41
8.3 Armas em posse de «populares partidarizados»	42
8.4 Créditos do BDA financiam projectos no Bié e no Huambo.....	42
8.5 Mais de 157 mil armas diversas recolhidas da população civil	43

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Presild

Agora...06-10-07

O Governo entendeu em tempos que tinha de pôr a mão no comércio. Uma estratégia que faz lembrar os velhos tempos da economia centralizada em que, até para comprar um simples rebuçado, o cidadão tinha que ter cartão e ainda por cima aturar longas bichas. Só que, desta vez, a tática era a de colocar à disposição da população produtos a baixo preço sob os auspícios do recentemente criado Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild). Toda a gente estava animada à espera que com o funcionamento dos Nosso Super, resultantes deste projecto, algo mudaria no que respeita à estrutura dos preços no mercado. Puro engano! A primeira leva dos Nosso Super está aí, mas tudo continua na mesma. Ou seja, as pessoas preferem correr para os mercados da periferia, onde os custos são mais baratos. Agora diz-se por aí que estes supermercados construídos com dinheiro do Estado serão privatizados. A quem cairá a sorte? Cá estaremos para ver e crer.

1.2 Permanece braço de ferro entre vendedores e administração

Cruzeiro do Sul...06-10-07

Persiste o braço de ferro entre a administração do município do Huambo e vendedores do mercado da canata, face ao processo de mudança em curso

Os vendedores dizem não ao projecto da administração municipal, iniciado no ano passado, que visa a mudança do principal mercado informal da província, o famoso São Pedro, para os arredores da Quissala, pela pretensa intenção do governo de alargamento da cidade. As autoridades usam ainda, como o pretexto, a alegada falta de respeito aos defuntos já que o mercado S. Pedro se encontrava a escassos milímetros do muro do cemitério municipal do Huambo. Espera-se, com efeito, que no espaço em que se encontrava fixada a Canata seja erguida uma importante infra-estrutura cuja natureza não se conhece.

Vendedores ouvidos pela reportagem do Cruzeiro do Sul, na sua maioria jovens, admitem deixar o espaço de onde são retirados desde que o recinto de destino tenha condições mínimas para a prática do comércio,

pois entendem que a dita transferência visa satisfazer dirigentes do governo da província.

"Já sabemos que este terreno está a ser cobiçado pelos grandes. Neste caso que nos dêem o mínimo de condições para podermos desenvolver a nossa actividade", solicitou um jovem vendedor. O mesmo que criticou as condições do espaço para o qual estão a ser transferidos. "As chuvas já chegaram no local indicado. Não há bancadas nem tendas", observa e questiona. "Temos de começar tudo de novo quando temos tudo aqui?". E não pára: "Não acham os governantes que nos deviam dar mais um tempo para que cada um de nós pudesse preparar as suas condições já que eles não o fazem?"

O mercado da Canata conta com um número superior a 1500 vendedores dos quais metade se recusa a catar as orientações da administração municipal local. Razão para que o administrador municipal do Huambo, Daniel Gamba, tivesse ameaçado com severas medidas de punição para todos quantos tentem inviabilizar o projecto do governo.

"É sempre assim. No princípio há quem não vê a medida da melhor forma, mas depois acaba por enquadrar-se", considera e continua. "Vamos dar tempo ao tempo." E ameaça: "serão chicoteados aqueles que insistirem em vender naquela zona."

Daniel Gamba informou existir toda a preocupação na criação de condições no novo mercado de Santeria. Numa primeira fase, como garantiu, os vendedores serão ajudados na construção de bancadas "para num futuro breve darmos outros passos", sublinhou.

Para Daniel Gamba, mesmo com o braço de ferro que se regista no processo de transferência, é positiva a empreitada levada a cabo pelo seu sector. "Não podemos contar com a minoria. Se a maioria adoptou a ideia, os demais irão anuir tarde ou cedo", defendeu.

1.3 "Os potenciais compradores do Nosso Super serão divulgados"

Cruzeiro do Sul...06-10-07

Em conversa com este jornal, o director nacional do Comércio, Gomes Cardoso, é de opinião que, com a regulamentação da Lei das Actividades Económicas, o comércio será mais disciplinado. Adianta ainda que aquando da privatização da rede de supermercados Nosso Super, os potenciais grupos ou entidades comerciais abocanharem os 70 por cento da privatização poderão ser conhecidos publicamente.

Formado em economia, Gomes Cardoso realçou que a primeira fase do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Abastecimento de Produtos Essenciais à População (PRESILD), Nova Rede

Comercial orçou em cerca de 45 milhões de dólares norte americanos financiamentos pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e por bancos comerciais.

Foram assim criados três modelos de gestão PRESILD, onde se estabeleceu que o Estado era a entidade promotora e parceiro institucional. Neste sentido, o próprio Estado financia os projectos, disponibiliza os terrenos e cria as principais instituições básicas para que o sector privado encontre contrições para realizar os seus negócios no projecto.

Gomes Cardoso revelou que destacou-se, de imediato, nove províncias potencialmente agropecuária, que vão beneficiar os primeiros centros de logísticas e de distribuição do PRESILD.

"Neste sentido temos as províncias de Luanda, Bié, Huambo, Benguela, Kwanza Sul, Huíla, Malange, Uíge, Cunene e da Lunda Sul. Aqui criaremos os Centros de Distribuição e Logísticas (CLODS), que serão os espaços privilegiados para o asseguramento, escoamento da produção agro empresarial.

Eles congregarão no seu seio mercados abastecedores, entrepostos comerciais e de mercados grossistas e um conjunto de serviços que tem a certificação, beneficiação, o escoamento e a valorização da produção empresarial angolana", narra. (...)

CENTRO E SUL É PRIVILEGIADO

As províncias abrangidas são luanda, Cabinda, Malange e no centro e sul estão abrangidas as províncias de Benguela, Bié, Huambo, Huíla. E actualmente estão a ser construído, segundo, Gomes Cardoso Mais 21 supermercado em todo o território nacional.

Com este projecto, já foram criados perto de 700 novos empregos, dos quais 616 são angolanos. Em média cada uma das lojas do projecto Nosso Super emprega entre 50 a 76 trabalhadores, fundamentalmente jovens, explicou a nossa fonte. Entre as suas funções está, também, o escoamento e a valorização da produção nacional.

A segunda vertente do mercado retalhista destaca-se a criação, em Angola, da rede comercial de proximidade, que será constituída por cerca de 10 mil estabelecimentos comerciais. Neste momento, de acordo com o também presidente do Código Alimentar Angola (CODEX - Angola), estão já criadas as condições para a construção de 163 estabelecimentos comerciais cada um dos municípios de Angola, que será disseminada entre as zonas urbanas, suburbanas e rurais.

Do ponto de vista de dimensão, destacam-se três tipos: Grande, com 27 mil m2, média 13 mil e pequena com cerca de seis mil metros quadrados. Nas zonas rurais, serão construídos lojas com a respectiva residência do beneficiário do estabelecimento. A terceira vertente no mercado retalhista rede de mercados municipais

urbanos, suburbanos e rurais. Actualmente estão em reabilitação, em simultâneo, três mercados municipais do centro e sul do país, nomeadamente nos municípios de Benguela, Lobito, Huambo e do Kuito, na província do Bié.

Um dos pilares é também a formação, capacitação e profissionalização dos comerciantes ou agentes económicos. Em função disso, a comissão que coordena o PRESIL concebeu um programa de criação de lojas pedagógicas em Angola, para a formação do ponto de vista técnico-científico e prático de todas as noções do comércio para que se preste o melhor serviço ao cidadão.

Gomes Cardoso disse ainda que já se deu início a formação dos formadores e a reabilitação de duas lojas pedagógicas situadas, uma em Lunada e outra na província do Huambo com vista a cobrir o centro e sul do país."

(...)

Em Benguela, igualmente está em execução um estabelecimento idêntico para apoiar os supermercados Nosso Super, para além do município da Caála, na província do Huambo. "Em Malange as obras do CLODE estão situadas na zona do Longue, ao longo caminho-de-ferro de Luanda."

O fim do projecto está marcado para o ano de 2012, e no primeiro trimestre de 2008, citando ainda as palavras dá fonte em citação, Angola terá 31 supermercados Nosso Super "Até ao fim do projecto, por tanto, em 2012, prevê-se edificar 10 mil novos estabelecimentos comerciais, para além de todos os mercados municipais, a razão de um em cada município do país e, no mínimo uma loja pedagógica em cada capital de província. No total 204 mil novos empregos serão criados no total com o fim do projecto."

Comercializando cerca de quatro mil produtos, os preços praticados pela rede de supermercado Nosso Super estão situados abaixo de 10 por cento daqueles que são praticados, tanto no mercado formal e informal.

"Há apenas variações em torno da produção nacional. Por exemplo, a água da Cheia no nosso Super da Huíla é, naturalmente mais barata que em Cabinda. Os preços não são todos unitários em todos os supermercados mas estão fixados abaixo de 10 por cento do mercado", informa.

1.4 Receitas não chegam para baixar os níveis de pobreza no País

Folha8...06-10-07

Numa altura em que o preço do petróleo no mercado

mundial atinge o valor histórico da sua comercialização, ao ultrapassar pela primeira vez os 80 Usd por barris nos mercados europeus, Angola, membro directo da prganização dos Países Exportadores e Produtores de Petróleo (OPEP), albergou no centro de Convenções de Talatona em Luanda, a II Conferência e Exposição Regional sobre Pesquisa em águas Profundas da Zona Marítima na África Ocidental (DOWAC), evento que serviu para mostrar ao mundo as potencialidades que a indústria petrolífera nacional apresenta mas, que as receitas provenientes da venda do ouro negro chegam para suprir as necessidades de muitos autóctones.

e Angola nos últimos dez anos alcançou êxitos, no sector petrolífero, sobretudo com a exploração e petróleo em águas profundas e outros desenvolvimentos importantes registados a nível da região ocidental, não consegue canalizar as receitas provenientes deste importante sector da vida económica nacional.

o reunir os seus parceiros e tratar das estratégias e desafios, para a indústria petrolífera na África Ocidental e novas tecnologias a aplicar, Angola revelou as potencialidades deste sector e os participantes, a experiência angolana, procuram impor-se no mercado interacional, visto que muitos países

DOWAC, não fazem parte da PEP, entidade que fiscaliza e regula o mercado de vendas do ouro negro no mercado internacional.

Entanto, o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, revelou que em relação aos investimentos realizados ao longo destes anos e as reservas existentes em Angola, a exploração do petróleo regista um certo aumento. "A exploração de um barril de petróleo custa em média 1,77 usd americanos e os custos das operações chegam aos 2,89 da mesma moeda americana", disse Manuel Vicente.

Lembrando, por outro lado, os êxitos alcançados nos últimos anos, Manuel Vicente assegurou que desde a década de 80, a indústria petrolífera nacional registou um determinado crescimento e os investimentos realizados têm sido compensados pelo volume de reservas encontradas, os níveis de produção aceitáveis e a alta de preços no mercado internacional. Actualmente, 75% da produção total do crude angolano atingiu uma média de 1,7 milhões de barris por dia e é proveniente das águas profundas, facto que tem colocado enormes desafios tecnológicos às operadoras, tendo sido pioneiro, neste particular, o projecto Girassol no bloco 17 e o Grande Plutónio no bloco 18. Os registos históricos dos petróleos em Angola indicam que desde 1976 a 2007, a produção de petróleo atingiu uma média acumulada de 4,5 bilhões de barris de petróleo com uma produção, diária em 2006/2007, de 1,7 milhões de barris/dia, cifra que se prevê atingir os 2 milhões/dia em 2008 e aumentar nos

próximos 4 anos.

De acordo com o gestor, o aumento da produção derivará dos projectos em execução em águas profundas, fundamentalmente, o Grande Plutónio, Projecto Tombwa e Lândana e o início da produção em águas ultra-profundas nos blocos 31 e 32, a partir de 2012. Foram discutidas, por outro lado, técnicas de avaliação de reservas petrolíferas, políticas de segurança, qualidade e ambiente, sobretudo a redução do efeito estufa ou, simplesmente, o aquecimento global, uma vez que a indústria petrolífera, contribui com cerca de 60% do aumento da temperatura a nível do planeta e os restantes 40 a queima de outros combustíveis.

1.5 Huambo: Funcionários do sector agrário frequentam seminário sobre delimitação de terras

Angop...09-10-07

Mais de 10 funcionários do sector agrário e agricultores do município do Longonjo, (Huambo), participam desde segunda-feira, nesta localidade, num seminário sobre a delimitação de terras comunitárias, uma iniciativa do Governo provincial e do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A acção formativa será orientada pelo consultor da FAO, David Dumba e o técnico do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), Errai Caveia.

Está em debate temas como a utilização do Software Alto Cad, princípios de estatística agrária, bem como a introdução à análise de sistemas de formação geográfica.

Na cerimónia de abertura do seminário, a administradora do município do Longonjo, Beatriz Felipe ressaltou a importância do seminário, afirmando que vai contribuir para a delimitação e bom aproveitamento das terras na sua circunscrição.

1.6 Banco Atlântico dispõe de USD 50 milhões para financiar projectos de jovens angolanos

Angop...10-10-07

O Banco Privado Atlântico, através do "BPAEmpreender", dispõe de um fundo de 50 milhões de dólares norte-americanos para financiamento de projectos económicos de jovens angolanos empreendedores, até 40 anos de idade, anunciou hoje (quarta-feira), em Luanda, o coordenador do Gabinete Jurídico da instituição, Ulanga Gaspar Martins.

Em entrevista à Angop, o técnico referiu que o fundo visa financiar, prioritariamente, projectos económicos sustentáveis e viáveis nos domínios das Ciências Biomédicas, Energia, Agro-Indústria, Indústria Transformadora e Educação e Formação Profissional, no âmbito do "projecto BPA Empreender", cujo concurso de acesso decorre desde dois de Julho último e termina a 31 de Dezembro deste ano. O BPA Empreender é um projecto de rentabilização do capital humano e tem, entre outros objectivos, incentivar a criação de projectos inovadores, dando a possibilidade aos jovens angolanos, residentes no país e no estrangeiro, de intervir no desenvolvimento nacional.

De acordo com o entrevistado da Angop, desde o início do concurso pelo menos 60 projectos nas áreas da Indústria Transformadora, Agro-Indústria e Energia deram já entrada na instituição para a necessária avaliação e selecção. Entre os critérios de selecção constam o competente "estudo de viabilidade económica e financeira e o plano de negócio, a qualidade e o carácter inovador do projecto, bem como o seu impacto na geração de riqueza interna", indicou. Com essa iniciativa, o Banco Privado Atlântico pretende constituir-se num parceiro estratégico e financeiro dos jovens empreendedores angolanos, disponibilizando financiamento e serviços da banca de investimentos aos projectos vencedores. O BPA Empreender é "um instrumento que permitirá a concretização dos projectos geradores de valores para a economia angolana, ao mesmo tempo que contribui para a criação de uma cultura financeira assente na rentabilização do maior e mais importante activo de Angola, o capital humano, único gerador de valor transversal a toda a economia", sustentou o interlocutor da Angop. De acordo com o regulamento do concurso, serão aceites propostas de projectos que tenham como objectivos dinamizar e materializar actividades empresariais geradoras de riqueza nacional, nos sectores estratégicos da economia que garantam maior número de empregos directos. O regulamento impõe, entre outras condições, para a viabilização do financiamento, a comparticipação do cliente em 20 por cento do valor pretendido para o investimento, uma situação que pode ser negociada com o banco, de acordo com a natureza do empreendimento, explicou o coordenador do Gabinete Jurídico do BPA. A clientela do Banco Privado Atlântico está segmentada em Atlântico-clientes com depósitos até USD 100 mil, Património-clientes com depósitos até 300 mil dólares e Private-clientes com valores depositados acima dos 300 mil dólares norte-

americanos, precisou. O BPA dispõe também de uma Direcção de Negócios Institucional, vocacionada para o atendimento de instituições públicas e empresas de referência. Possui ainda um Serviço de Atendimento Empresarial Dirigido para as pequenas e médias firmas. O Banco Privado Atlântico (BPA) iniciou a sua actividade a 17 de Novembro de 2006 e faz parte dos 18 bancos comerciais que integram o sistema financeiro nacional, a excepção do Banco de Desenvolvimento Africano (BDA).

1.7 Pobreza constitui a maior violação dos direitos humanos

Angop...10-10-07

O coordenador da Agência da ONU para os direitos Humanos em Angola, Vegard Bye, defendeu hoje em Luanda, que a pobreza constitui a violação mais flagrante desses direitos no mundo e os governos devem concentrar esforços na sua erradicação. Segundo o coordenador que falava durante o encontro entre as agências da Onu e jornalistas angolanos dos órgãos públicos e privados, sem a satisfação das suas necessidades básicas o homem não tem condições para exercer os seus direitos políticos e civis e contribuir para o desenvolvimento de qualquer país. Neste contexto, afirmou que é responsabilidade dos governos lutar para a satisfação dos direitos económicos e sociais do cidadão. De acordo com Vegard Bye, Angola a semelhança de outros países tem a missão de utilizar e transformar os recursos disponíveis em benefício da população, garantindo desse modo a sua auto-sustentabilidade. Para a representante do Unicef, Ângela Kearney é a educação que assume um papel importante nesta luta, pois a melhoria do acesso ao ensino vai impulsionar o desenvolvimento de outros sectores, principalmente a saúde.

"O governo, as Nações Unidas e a sociedade civil assumiram o compromisso de melhorar a qualidade de vida, em particular das crianças, mas é preciso transformá-los em realidade, através da redução dos índices de mortalidade materno-infantil, de crianças fora do sistema de ensino e maior acesso à água potável", salientou. O evento alusivo a semana Mundial de Erradicação da Pobreza, cuja data celebra-se a 17 de Outubro, contou com a presença da representante do Pnud, Gita Welch, do Fundo da ONU para a Agricultura e Alimentação (Fao), Anatolio Mba, da Onusida, Sall Tamsir e outros convidados.

Estima-se que três biliões de pessoas no mundo vivam na pobreza com menos de dois dólares dia. No país a

estatística indica que 68 por cento da população é pobre dos quais 38 por cento em pobreza absoluta.

1.8 Sistema da ONU quer parceria da mídia no combate à pobreza

Angop...10-10-07

O sistema das Nações Unidas em Angola quer estabelecer uma parceria forte com os órgãos de comunicação social locais para melhor divulgação das acções de combate à pobreza e melhoria das condições sociais dos cidadãos. Num encontro realizado hoje, em Luanda, com jornalistas de órgãos públicos e privados, o coordenador residente do sistema da Onu, Anatolio Ndonga Mba, referiu que a parceria, além de permitir maior divulgação das actividades contra a pobreza, dará a conhecer as reais necessidades do país e uma melhor resposta às mesmas. "O combate à pobreza exige de todos um forte engajamento e através da comunicação social será possível mostrar o real impacto deste fenómeno e sensibilizar todos os sectores a contribuírem para o cumprimento gradual das Metas de Desenvolvimento do Milénio", disse. Segundo Anatolio Mba, apesar dos esforços para a sua erradicação ainda existem no mundo pessoas sem acesso aos serviços básicos como água potável, saneamento, educação, saúde, energia eléctrica, ou seja, vivendo em condições precárias. Por isso considera necessário fazer chegar a informação às comunidades para que estas tenham acesso aos programas desenvolvidos (micro-créditos, formação, entre outros) e possam cada vez mais tornar-se auto-suficientes. Na sua óptica, o mais importante não é atingir as metas estabelecidas para 2015, mas traduzir os investimentos e recursos disponíveis em cada país a favor dos mais necessitados, sobretudo a alimentação. Durante o encontro, que marca o início das actividades alusivas à Semana Mundial de Combate à Pobreza, cuja data celebra-se a 17 de Outubro, cada agência da ONU representada em Angola apresentou aos jornalistas os trabalhos que têm realizado neste domínio, enquanto parceiras do governo. Constam dos objectivos do milénio a erradicação da pobreza extrema e da fome, melhoria do acesso ao ensino primário, promoção da igualdade do género, redução da mortalidade materna e infantil, combate ao VIH/Sida, garantia de um ambiente saudável e estabelecimento de parceria global para o desenvolvimento.

Estima-se que metade da população mundial viva com menos dois dólares por dia.

1.9 Representante do PNUD defende investimento na zona rural

Angop...10-10-07

A representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Angola, Gita Welch, defendeu hoje, em Luanda, ser necessário atrair o investimento para as zonas rurais, de modo a melhorar as condições de vida das pessoas mais pobres. Ao falar num encontro entre os representantes das agências das Nações Unidas em Angola e os órgãos de comunicação social, Gita Welch referiu que é importante também tirar-se o máximo de pessoas do sector informal para o formal, com vista a terem maiores oportunidades. "É preciso fazer perceber as pessoas que no meio de muitas dificuldades há muita coisa para fazer", disse. De acordo com a representante do PNUD, o acesso ao crédito, à educação e à criação de guichês únicos podem representar um factor positivo para se vencer a pobreza em Angola. Segundo Gita Welch, Angola possui recursos como petróleo, diamante e bacias hidrográficas importantes para o país e para os restantes membros da região, que representam o sustento e riqueza para as populações, bem como a possibilidade de se produzir bens alimentares. Frisou que as estatísticas indicam que 68 por cento da população em Angola vive abaixo da linha da pobreza e 38 por cento em extrema pobreza, apresentando também altos níveis de desemprego. Para si, é importante fazer com que os indicadores económicos, que neste momento são bons para Angola, trabalhem para o desenvolvimento da pessoa humana. "É necessário pôr os pobres no centro do desenvolvimento, pois eles são os mais interessados em ultrapassar a situação em que vivem", salientou. O encontro foi realizado no âmbito da semana mundial da erradicação da pobreza, que se assinala a 17 deste mês, e contou com a participação de várias agências especializadas das Nações Unidas..

1.10 Função Pública ganha novo ajustamento salarial

A Capital...13-10-07

Foi numa escala de 5,93 por cento o reajustamento aprovado nesta quarta-feira, 10, para a função pública, mas que, entretanto, mereceu reacções díspares da parte de entidades sindicais, incluindo funcionários públicos.

«Não é grande coisa», disse Mariano Pinto, professor colocado numa das escolas do segundo nível de Luanda. O funcionário aludia-se ao 5,93 por cento que, para ele, «parece só corresponderem a um aumento que não passa de 500 kwanzas».

Ernesto Wanga, da Central Geral do Sindicato Independente e Livre de Angola (CGSILA) também não dá grande relevância ao aumento aprovado, por, segundo o sindicalista, ser «significativamente baixo». Todavia, não deixou de aplaudir a decisão cuja relevância está no facto dela «representar o cumprimento de um compromisso o Governo assumir perante os seus parceiros sociais».

Um compromisso que, no entanto, obriga o Governo a fazer reajustamentos periódicos dos salários de acordo com a taxa de inflação esperada, a pensar na reposição do poder de compra dos ordenados, perdido por força do fenómeno inflação.

E é precisamente que o Governo procura com a decisão que, além de contemplar os salários dos funcionários públicos, reajusta também na mesma proporção as pensões atribuídas aos antigos combatentes, aos familiares de militares mortos em combate e às autoridades tradicionais.

A UNTA, porém, acredita que só no próximo ano é que o trabalhador poderá ver, de facto, um incremento salarial no verdadeiro sentido da palavra. É que, a par do ajustamento correspondente a taxa de inflação vencida, está em previsão um aumento que decorrerá dos ganhos da produtividade. «Se isso acontecer durante o próximo ano é que se verificará efectivamente um aumento do poder de compra dos salários dos funcionários públicos», explicou Manuel Viage, presidente da UNTA, em declarações a Luanda Atenas Comercial.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2007 fixa como meta de inflação anual 10 por cento, sendo, todavia, nessa ordem que o ajustamento deverá ser feito, a menos que a cifra seja vencida para obrigar um aumento superior a 10 por cento. (...)

A UNTA fazia, na altura, recurso aos resultados de um levantamento efectuado e que teria chegado a conclusão de que, no ano antecedente, o SMN cobria apenas 36,58 por cento do conjunto de produtos que conformam a cesta básica alimentar, quando há quatro anos, ou seja, em 2002, ainda comprava 63,29 por cento disso.

Uma clara degradação do poder de compra dos salários, que ocorre, paradoxalmente, num período em que conseguem manter a taxa de inflação em níveis significativamente baixos, se comparada com alguns anos atrás.

Na apreciação que fez da trajectória do comportamento dos preços no mercado de Luanda, a UNTA tomou como exemplo disso o quilograma de

arroz, que em 2002 quando a taxa de inflação foi de 105 por cento valia cerca de 21 kwanzas, em 2005, perante uma inflação de 18,53 por cento, a mesma quantidade de arroz teve um preço médio de 77 kwanzas, o triplo do valor ao qual se adquiria o produto.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Ganhos bancários caíram em 2006

Agora...06-10-07

Em 2006, a taxa de rentabilidade média sobre fundos próprios (Roae) dos bancos comerciais que operam em Angola fixou-se em 34,9%, menos 7,6 % do que em 2005.

Ainda assim, a percentagem é cerca de três vezes superior à registada em Portugal (11,6%), e mais alto do que a do Brasil (15,9%) e da África do Sul (15,7%), pelo que a Deloitte afirma que a banca angolana continua bastante atractiva em comparação com a dos países mais desenvolvidos.

No relatório "Banca em análise Angola 2007" a consultora destaca, no entanto, que as margens bancárias têm vindo a cair desde 2004, devido principalmente à evolução negativa das taxas de juro e à redução de lucros provenientes das reavaliações das posições cambiais.

Quanto aos mais rentáveis, os três primeiros continuam a ser os mesmos - todos portugueses ou com capital português - mas as posições inverteram-se. Assim, o recente Banco Bic participado pelo grupo Amorim passou a primeiro na lista com 81 % de Roae, suplantando o Espírito Santo Angola (Besa), que perdeu quase 30 pontos percentuais de Roae, caindo para 59% e o BFA, do grupo BPI, com 41%.

Outros bancos, como o Banco Africano de Investimento (Bai), conseguiram contrariar a tendência e aumentar a sua rentabilidade.

No que diz respeito à estrutura de activos, 2006 foi caracterizado pela reorientação estratégica dos operadores para o negócio de intermediação financeira, historicamente pouco relevante comparativamente a economias desenvolvidas.

O estudo sustenta que a alteração deve-se a maior competitividade entre os operadores, que os leva a procurar atender melhor às expectativas dos seus mercados alvo, a redução substancial nas taxas de juro de títulos públicos e a desaceleração nas emissões destes títulos, cujo stock cresceu a um ritmo bastante inferior ao da liquidez injectada no sistema via depósitos.

A carteira de crédito da banca, em particular, cresceu 96%, ou seja, cerca de 1.700 milhões de dólares - e a taxa de conversão de depósitos em crédito chegou a 45%, cerca de metade do registado em Portugal ou na África do Sul.

No mesmo período, os depósitos totais cresceram 62%, para 7 mil milhões de dólares, mantendo a tendência do ano anterior. (...)

Fruto do enorme potencial de crescimento existente na banca, o acesso a este serviço aumentou apenas 0,6%, mantendo-se muito abaixo da média da África subsahariana (45%) e dos países desenvolvidos (80%).

Constatou-se também no período em análise que, mesmo com todos os condicionalismos, a expansão dos bancos continuou a processar-se de forma agressiva destacando-se a abertura de 60 novos balcões, e contratados cerca de mil novos funcionários, mantendo-se estas duas variáveis a crescer perto de um terço ao ano.

2.2 Permanece braço de ferro entre vendedores e administração

Cruzeiro do Sul...06-10-07

Persiste o braço de ferro entre a administração do município do Huambo e vendedores do mercado da canata, face ao processo de mudança em curso

Os vendedores dizem não ao projecto da administração municipal, iniciado no ano passado, que visa a mudança do principal mercado informal da província, o famoso São Pedro, para os arredores da Quissala, pela pretensa intenção do governo de alargamento da cidade. As autoridades usam ainda, como o pretexto, a alegada falta de respeito aos defuntos já que o mercado S. Pedro se encontrava a escassos milímetros do muro do cemitério municipal do Huambo. Espera-se, com efeito, que no espaço em que se encontrava fixada a Canata seja erguida uma importante infra-estrutura cuja natureza não se conhece.

Vendedores ouvidos pela reportagem do Cruzeiro do Sul, na sua maioria jovens, admitem deixar o espaço de onde são retirados desde que o recinto de destino tenha condições mínimas para a prática do comércio, pois entendem que a dita transferência visa satisfazer dirigentes do governo da província.

"Já sabemos que este terreno está a ser cobiçado pelos grandes. Neste caso que nos dêem o mínimo de condições para podermos desenvolver a nossa actividade", solicitou um jovem vendedor. O mesmo que criticou as condições do espaço para o qual estão a ser transferidos. "As chuvas já chegaram no local indicado. Não há bancadas nem tendas", observa e questiona. "Temos de começar tudo de novo quando temos tudo aqui?". E não pára: "Não acham os governantes que nos deviam dar mais um tempo para que cada um de nós pudesse preparar as suas condições já que eles não o fazem?"

O mercado da Canata conta com um número superior

a 1500 vendedores dos quais metade se recusa a catar as orientações da administração municipal local. Razão para que o administrador municipal do Huambo, Daniel Gamba, tivesse ameaçado com severas medidas de punição para todos quantos tentem inviabilizar o projecto do governo.

"É sempre assim. No princípio há quem não vê a medida da melhor forma, mas depois acaba por enquadrar-se", considera e continua. "Vamos dar tempo ao tempo." E ameaça: "serão chicoteados aqueles que insistirem em vender naquela zona."

Daniel Gamba informou existir toda a preocupação na criação de condições no novo mercado de Santeria. Numa primeira fase, como garantiu, os vendedores serão ajudados na construção de bancadas "para num futuro breve darmos outros passos", sublinhou.

Para Daniel Gamba, mesmo com o braço de ferro que se regista no processo de transferência, é positiva a empreitada levada a cabo pelo seu sector. "Não podemos contar com a minoria. Se a maioria adoptou a ideia, os demais irão anuir tarde ou cedo", defendeu.

2.3 A hierarquia dos bancos na análise da Deloitte

A Capital...06-10-07

O trio de bancos conformado pelo BFA, BPC e o BAI concentrou o maior volume de depósitos captados pelo sector em 2006. Os três juntos representaram 65 por cento das poupanças confiadas a banca no período analisado no estudo que a Deloitte tornou público nessa quinta-feira, 27.

Segundo o estudo, a base de depósitos cresceu 62 por cento, para 7,3 biliões de dólares, repetindo a performance do ano anterior

O Banco BIC continua a surpreender, tendo o estudo atribuído a esta instituição um crescimento de 265 por cento nos depósitos, posicionando-se em quarto lugar do ranking dos catorze bancos que operaram em 2006.

O BPC, com um crescimento inferior à média do mercado, passou a terceira posição, ultrapassado pelo BF A, que assumiu a liderança, apesar de uma ligeira quota, e pelo BAI, que se guindou para o segundo lugar da hierarquia.

Além da capacidade de captação de depósitos, o Banco BIC é também apresentado como mais crédito disponibilizou a economia, ultrapassando os que até então lideraram a concorrência no que toca a esta variável. No ano passado, por exemplo, destacou-se ao elevar em 63 por cento a taxa de conversão dos depósitos em crédito.

O estudo refere ainda que as baixas taxas de poupanças e a preferência dos agentes económicas pela liquidez continua a influir na composição dos depósitos, sendo

73% da base consolidada representada por depósito à ordem, um pequeno aumento comparativamente ao ano anterior.

O predomínio dos depósitos à ordem, de acordo com a Deloitte, compromete o processo de gestão da liquidez dos bancos e afecta negativamente o desenvolvimento da actividade creditícia de médio e longo prazo.

Embora no cômputo geral a banca tenha registado uma queda na sua rentabilidade, o Banbo BIC viu a situação a distância, tendo sido aquele que em 2006 mais rentabilidade conseguiu alcançar. Neste aspecto passou para a primeira posição da relação dos bancos mais rentáveis, suplantando o Banco Espírito Santo e o Fomento Angola.

Duma forma geral, o sector financeiro nacional continuou no ano passado a dar mostra de forte dinâmica, impulsionado pelos fluxos externos, pela maior agressividade concorrencial entre os bancos existentes e pela abertura de tres novos intervenientes nascidos de capitais angolanos.

Tratam-se do Banco de Desenvolvimento Angola (BDA), do Privado Atlântico e do Banco de Negócios Internacional. O facto de a população com acesso bancário ser ainda muito insignificante permite a Deloitte prever um crescimento contínuo da banca nos próximos anos, além de que para tal expansão concorre também a dinâmica da própria economia angolana, considerada como a que mais cresce a escala universal.

«A percentagem da população bancária com acesso aos bancos é ainda bastante baixa, cerca de 6 por cento», indica o representante da Deloitte, Pedra Barreto.

2.4 Cunene: Cooperativas agrícolas beneficiam de micro-crédito no Cuvelai

Angop...09-10-07

Camponeses de quatro cooperativas agrícolas no município do Cuvelai, 175 quilómetros a este de Ondjiva capital da província do Cunene, beneficiaram de Janeiro a Setembro do presente ano de micro-crédito do Banco de Poupança e Crédito (BPC) na ordem de mil e 500 dólares norte-americanos cada. A informação foi avançada hoje (terça-feira) à Angop pelo Administrador municipal, Lopus Bravos "Chachado" quando reportava sobre as actividades Agro-pecuárias desenvolvidas na circunscrição. O interlocutor da Angop precisou que o dinheiro concedido às cooperativas, integrando quatro a seis camponeses, já está a surtir efeitos positivos no impulso do fomento da actividade agro-pecuária no município e proporcionando o auto-sustento das famílias.

Com a concessão de micro-crédito aos camponeses,

regista-se actualmente o constante aumento da produção agrícola na região, subsistindo a dificuldade no escoamento dos produtos do campo para centros de consumo (cidade), sustentou Lopes Bravos "Chachado".

Desta grande produção já é visível o incremento de 25 hectares de terra cultivados para feijão, bem como a estimativa de colher de 300 toneladas de milho no presente ano agrícola, enfatizou o responsável. Ainda sobre os produtos do Campo, realçou "Chachado", assiste-se também a um aumento considerável da produção a nível de tubérculo, cereais e hortícolas, apontando como principal obstáculo ao fomento da actividade agrícola na região "a problemática das vias rodoviárias" em algumas zonas do município.

Município do Cuvelai, controla quatro cooperativas agrícolas e sete fazendas agro-pecuária nas comunas de Cubaty, Mupa, Mukolongondjo e Okalongo.

2.5 Kwanza Norte: Administração do Cazengo transfere maior mercado municipal

Angop...12-10-07

A Administração Municipal do Cazengo, província do Kwanza Norte, removeu, hoje, o maior mercado do município para a localidade de Catome de Baixo, a cerca de dois quilómetros do centro da cidade. A medida está ligada ao interesse das autoridades locais em construir empreendimentos sociais e económicos no lugar onde se encontrava o referido mercado informal, segundo o administrador municipal, João Manuel Ferreira Pinto.

O responsável disse à Angop que a questão do melhoramento do saneamento básico da cidade e seus bairros periféricos estão igualmente na base da transferência da conhecida "Praça do Bairro Azul" ou "4 de Fevereiro".

Deu a conhecer que outras "pracinhas" não oficiais, encaixadas no interior da cidade ou bairros periféricos, serão também transferidas para o novo mercado de Catome, ficando apenas as praças da cidade e dos bairros Kipata e Hoje ya Henda. O administrador dos mercados da cidade, Aníbal Quissasso, informou, por sua vez, encontrar-se ainda a ser repartido o espaço do novo mercado, entrando em pleno funcionamento nos próximos dias, depois da distribuição dos lugares aos vendedores. O mercado contava oficialmente com mais de 700 vendedores ambulantes e movimentava diariamente entre duas a três mil pessoas, para a venda ou compra de diversos artigos industriais, alimentares, entre

outros, referiu. Entretanto, a medida foi aplaudida por proprietários de lojas comerciais de Ndalatando, realçando que o facto vai contribuir para o aumento do volume das vendas das suas mercadorias. Félix Francisco, proprietário da loja Ana Pambos, informou que a maioria dos estabelecimentos comerciais da cidade, devido a concorrência com os mercados informais, tinham abandonado, há muito tempo, a venda à retalho de géneros alimentícios, voltando-se para a comercialização de bebidas importadas, sobretudo de vinhos. Um outro comerciante antevê uma viragem na política de venda das unidades comerciais, com o retorno a comercialização à retalho do arroz, açúcar, óleo vegetal, sabão, entre outros géneros de primeira necessidade, para os moradores da zona urbana e de alguns bairros suburbanos.

2.6 Benefícios para as mulheres

Semanario Angolense...13-10-07

Os rankings mais altos na facilidade para fazer negócios estão associados com percentagens mais elevadas de mulheres empresárias ou empregadas: «uma reforma reguladora mais extensa traz grandes benefícios, sobretudo para as mulheres», afirmou uma das autoras do relatório, Caralee Mcliesh.

«As mulheres enfrentam, com frequência, regulações que podem pretender protegê-las mas que têm um efeito contraproducente, obrigando-as, a enveredar pelo sector informal, onde gozam de pouca segurança de emprego e de reduzidos benefícios sociais, alerta o relatório.

Na República Democrática do Congo, onde precisam da autorização dos maridos para começarem um negócio, as mulheres só detêm 18 por cento das pequenas empresas, enquanto no vizinho Ruanda, onde não existem esses regulamentos, as mulheres controlam mais de 41 por cento das pequenas empresas.

2.7 ZUNGA: Um "manual" de sobrevivência

Folha8...13-10-07

A venda ambulante, vulgo "zunga", entre nós cá no urgo, tornou-se como um novo "manual de sobrevivência" que consiste em angariar miseráveis kwanzas para alimentar famílias inteiras que vivem numa extrema mendicidade. São, maioritariamente, mulheres que, logo na aurora, calcorreiam becos e ruela, ruas e avenidas em direcção ao centro da cidade ou, para os principais mercados paralelos em busca do pão-nosso de cada dia. O emprego de sobrevivência

destas mulheres que algum dia alguém as apelidou de "heroínas anónimas" a julgar pelo seu trabalho que acarreta muitos riscos de vida, dentre os quais; assaltos à mão armada, abusos sexuais por meliantes e a fuga desordenada, quando actuadas por fiscais do Governo Provincial de Luanda (GPL) que proíbe este comércio em hasta pública, já ganhou espaço em termos de concorrência desenfreada entre o mercado formal e informal.

Adelaide Wanga, de 43 anos, vendedora de verduras, é uma das muitas mulheres que exercem este trabalho para sustentar uma família constituída por ela, marido e mais cinco filhos, os quais o primeiro tem 23 anos e o último 9, sai, diariamente, de casa às 6 horas com uma bacia à cabeça e uma bolsa ao tiracolo.

Encontrei-a ontem, sexta-feira, na rua 12 da Samba, às 6 horas e 20 minutos à espera do táxi que a levasse para a sua área de jurisdição (baixa da cidade) já que, segundo ela estava atrasadíssima, tal como fez questão de me explicar, onde, habitualmente, comercializa os seus produtos. Por causa do congestionamento, partilhei com ela o mesmo caminho a pé, percorrendo mais de 2 km até à Mutamba.

Durante o percurso consegui perceber as razões que a levaram a optar por esta "profissão," abandonando a de professora que exerceu durante 11 anos na sua terra natal.

Segundo ela, quando se despoletou a crise pós-eleitoral, ficou durante dois anos sob cativo na cidade de Ndalatando, capital do Kuanza-Norte, quando as forças da UNITA haviam tomado de assalto à cidade. E em 1994, quando escapou das masmorras veio a Luanda e sem recursos para começar uma nova vida e viu-se obrigada a fazer venda ambulante. "Salvei-me de cativo em Abril de 1994., quando cheguei a Luanda, nada tinha para comer e para vestir, porque os meus familiares não possuíam condições favoráveis para proporcionar, principalmente, em termos de alimentação"- explica, tendo depois revelado que "foi um parente de seu esposo que lhe havia dado algum dinheiro pelo qual começou o negócio.

(...)

As outras peripécias, que as vendedoras ambulantes enfrentam, em geral, são agressões de pequena monta por parte de jovens delinquentes espalhados por esta Luanda que tentam retirar o pouco que estas senhoras, algumas com crianças às costas, arrecadam durante o dia.

Homens ingrossam legião

À semelhança das mulheres, nesta legião de vendedores estão também homens, cujas idades variam entre 12 e 40 anos que vão desfilar por toda Luanda em busca do pão. Suportam as mesmíssimas dificuldades em relação às mulheres no seu dia-a-dia. A maioria destes homens que deambula com vários artigos nas mãos,

uns à cabeça, outros, ou seja, cada um a seu jeito é desmobilizada dos extintos exércitos (FAPLA E FALA) que se digladiaram durante os 27 anos da guerra fratricida.

Do grosso que passou à disponibilidade militar não tem formação profissional, razão pela qual foi forçada a optar por este modelo de vida na tentativa de vencer as muitas agruras que a mesma impõe. Há quem, devido ao tempo, está dedicado a este negócio já tirou algo valioso para a sua vida. É o caso de Miguel Malambo, um jovem de 34 anos de idade, que vende rádios e gravadores há 11 anos e que, ao longo deste tempo todo, facturou algum dinheiro que já lhe possibilitou a construção de uma casa na área do complexo habitacional da ECOCAMPO, em Cacucaco. Segundo ele, ao longo destes dolorosos e sinuosos anos suportou adversidades com os fiscais, polícias e meliantes, mas ainda assim não deixou os créditos em mãos alheias e pôs-se à luta para alcançar os seus intentos e fê-lo, de facto. Já tem uma residência e segundo garantiu que a outra empreitada que lhe está a tirar o sono é conseguir uma viatura e, como sonhar não é proibido mais dias ou menos, o seu objectivo háde ser alcançado.

2.8 Lunda Norte: Camponeses do Chitato beneficiam de micro-crédito do BPC

Angop...19-10-07

Cento e cinquenta e cinco camponeses do município do Chitato, na província da Lunda Norte, beneficiaram de micro-crédito no valor de 47.400 dólares norte-americanos, junto Banco de Poupança e Crédito (BPC), para investir no sector agrícola, no âmbito dum programa da Unaca-Federação das Associações dos Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias. O responsável local da Unaca, Daniel Mutambuleno, disse hoje (sexta-feira) à angop, no Dundo, que o crédito em referência foi concedido, numa primeira fase, para os agricultores adquirirem instrumentos para a lavoura e desenvolvimento da actividade pecuária, visando o combate à fome e à pobreza. Assegurou que este mês serão contemplados 312 camponeses do município do Chitato, e posteriormente, do Lucapa e Cambulo, na sequência do projecto que abrangerá, até final deste ano, mais de mil e quinhentos beneficiários. A Unaca controla um universo de 4.002 camponeses, distribuídos em 334 associações e 76 cooperativas agro-pecuárias na província da Lunda Norte, com nove municípios.

2.9 Lavadores de viaturas concorrem com estações de serviço

Jornal de Angola...19-10-07

Em muitos bairros da capital a lavagem de automóveis é o ganha pão de muitos jovens.

O negócio é feito em sítios improvisados e chega a ser bastante disputado entre eles. No bairro militar, junto ao prédio da Angola Telecom, por exemplo, mais de uma dezena de jovens tem naquele recinto a sua fonte de rendimento, como é o caso de Felizardo Jamba. Sentado no muro, espera ansiosamente pela chegada de clientes. O jovem cobra 400 kwanzas pela lavagem de um turismo e 600 kwanzas um, todo-a-terreno. Por média, Felizardo lava três a quatro viaturas dia. O seu volume de negócios ronda os 36 mil kwanzas/mês. Felizardo Jamba vive deste negócio há cinco anos. Apesar da grande disputa entre si, o jovem diz que o negócio é rentável e dá para sustentar a família e ainda fazer alguma poupança. Mas já houve tempo em que os rendimentos eram maiores. "Chegava a lavar seis a sete viaturas e a facturar acima dos três mil kwanzas por dia. Muita gente tem estado a organizar minimamente a vida através deste negócio. O importante é ter juízo", explica.

Por seu lado, André Jamba lava igualmente três a quatro viaturas por dia. O jovem diz que o negócio deixou de ser rentável como nos outros tempos pelo facto de surgirem na cidade várias estações de serviços. "Muitos clientes agora preferem ir a uma estação de serviço, porque é mais rápido", lamenta. Ainda assim, são vários os clientes que mantêm fidelidade ao seu trabalho. O dinheiro que consegue dá para sustentar a si e os seus irmãos. Lavador de carros há 3 anos, o jovem não pretende ficar nesta vida por muito tempo, apesar dos cerca de 1.200 kwanzas que ganha diariamente. A atitude dos fiscais deixa agastado André. "Reconhecemos que lavamos os carros na rua, mas não temos outro lugar" desabafa, lamentado a atitude dos agentes da Fiscalização que proíbem lavagens em locais públicos. Oriundo de Benguela, André pretende regressar a fim de prosseguir os seus estudos e conseguir um trabalho que "digno".

2.10 Projecto "Aldeia nova" erguerá casas no Zaire

Jornal de Angola...19-10-07

Duas aldeias, constituídas por mais de 250 casas, para 125 famílias em cada localidade, vão ser erguidas na província do Zaire, pelo projecto "Aldeia Nova", segundo um protocolo rubricado recentemente com o Governo local.

Pela parte do Governo, o protocolo, cujo projecto está

avaliado em 35 milhões 427 mil dólares, foi assinado pelo governador provincial do Zaire, Pedro Sebastião, enquanto que pelo projecto Aldeia Nova o compromisso foi subscrito pelo seu director geral, o israelita Igzak Kohen e pelo seu assistente de direcção, Estêvão de Carvalho.

Dos 35 milhões de dólares, qualquer coisa como 11 milhões destinam-se para a construção de uma moagem, bem como para a edificação da fábrica de feijão em lata e de sumos.

O projecto, bastante aplaudido, privilegia igualmente a criação de gado bovino e a produção de frutas.

Segundo o assistente de direcção do referido projecto, Estêvão de Carvalho, a pretensão de implementá-lo no Zaire, responde as orientações do Governo central, no sentido de expandir a iniciativa às demais províncias, de modo a atenuar a pobreza nas comunidades rurais. Estêvão de Carvalho não especificou a data para o arranque da empreitada, mas disse que estão já criadas todas as condições de base para que, num curto espaço de tempo, os planos sejam materializados.

Dentro de dois meses, segundo fez saber a nossa fonte, deslocar-se-á a Mbanza Congo uma equipa constituída por técnicos do projecto Aldeia Nova, para, em conjunto com as autoridades locais, efectuar os estudos de viabilidade e os respectivos levantamentos topográficos.

Importa referir que o primeiro projecto da Aldeia Nova foi erguido há quatro anos no município de Wako-Kungu, província do Kwanza-Sul.

2.11 Mulheres de ex-militares tornam-se empreendedoras

Angolense...20-10-07

Num total de 307, concluíram cursos nas áreas de pastelaria e cozinha, costura, cabeleireiro, saúde, informática e administração. No termo da formação, ministrada com elevada carga prática, as hnalistas mostraram-se prontas para a materialização dos conhecimentos assimilados, assim como dos propósitos do curso.

A cerimónia de encerramento constou da apresentação de obras feitas nas aulas práticas, nomeadamente em costura, cozinha, saúde e cabeleireiro, assim como das aptidões conferidas pelo curso.

A formação de mulheres empreendedoras é um projecto da responsabilidade do Instituto de Reinserção Social de Ex-Militares e é gerido pela ADRA, Associação de Desenvolvimento de Recursos da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Esta acção é a primeira fase do projecto, iniciado este ano. A segunda etapa conta já com 350 mulheres inscritas. Os cursos são gratuitos e as alunas contam ainda

com um subsídio de transporte.

Segundo o brigadeiro Costa, director adjunto do Instituto de Reinserção Social dos Ex-Militares, o projecto visa cultivar o empreendedorismo e a procura de auro-emprego, tendo em vista a melhoria paulatina das condições materiais daqueles que serviram a guerra. A alfabetização faz também parte dos programas da escola de formação feminina, destinada a senhoras sem alguma escolaridade. Depois da escolarização, que vai até ao equivalente à 4ª classe, por opção, habilitam-se a qualquer área de formação constante do curriculum dos cursos ministrados.

No acto de encerramento desta primeira sessão das séries de cursos finalistas foram premiadas com equipamentos que lhes permite iniciar um negócio. Para além disso, têm acesso a um crédito até 3000 USD, para os seus próprios postos de trabalho, com prestações bonificadas.

As novas empreendedoras confiam nas capacidades adquiridas e muitas delas garantem partir para a aventura de serem empresárias. Catarina Pascoal, uma das mulheres empreendedoras, já era proprietária de uma cantina, no bairro golf II. " A cantina só me dava um salário de 100 USD. Por isso tirei o curso de cabeleireiro e penso ampliar o espaço com o crédito" - dizia sorridente a futura empresária.

Por seu lado, Madalena Paços Dala, 21 anos, terminou o ensino médio e não conseguiu entrar para a faculdade de medicina. " Para não ficar parada entrei para este curso e já agora pretendo aproveitar a oportunidade para realizar alguma coisa, embora esteja indeciso em receber o crédito, porque tenho medo de não conseguir reembolsar as prestações".

A escola está apetrechada com salas equipadas com material específico para todas as áreas de formação, o que favorece um ensino teórico-prático.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Porquê que o projecto "Aldeia Nova" tem energia eléctrica e o resto do município não?

Angolense...06-10-07

Pedro Severino, Administrador Adjunto do Wako Kungo, na recepção que fez a caravana de jornalistas do "Projecto Andar o País" explicou que a principal dificuldade que o município enfrenta é a falta de energia eléctrica, o que tem contribuído para o aumento da criminalidade. O responsável foi mais longe e reclamou do facto do aldeamento pertencente ao projecto "Aldeia Nova" ter energia eléctrica enquanto os outros habitantes estão privados deste serviço

"O projecto Aldeia Nova deu nova roupagem a cidade, as vias de acesso também estão a ser reabilitadas e isso contribuirá de certeza para o desenvolvimento da cidade", disse o governante, que está também satisfeito com o acesso a água potável. O seu discurso só não é mais animador porque persistem as dificuldades no acesso à energia eléctrica. "A cidade é abastecida por geradores, mas os aldeamentos têm energia. Como isto é possível?", interrogou-se. As dificuldades no abastecimento de energia eléctrica são ainda maiores porque o abastecimento de combustível, indispensável para o funcionamento dos geradores, é insuficiente. "Nem sempre temos recebido o combustível devido a falta de energia a criminalidade aumentou muito na cidade", lamentou. Tal como o responsável, os populares também estão agastados com este problema. "Não conseguimos guardar nada, as arcas e geleiras já estragaram porque não são utilizadas", reclamou Ana Gomes, moradora. Júlia dos Santos, outra habitante da cidade, disse que o que mais incómoda neste capítulo é que ficam separados do mundo, devido a falta de informação. "Não sabemos nada do que acontece, nem mesmo no nosso país, porque não conseguimos assistir à televisão", frisou.

Para as crianças a situação é ainda mais dura, porque ver televisão é o que mais gostam. A falta de energia eléctrica impede que assistam aos desenhos animados que passam na televisão.

Depois de uma noite no Wako a caravana seguiu para o Huambo, num percurso que durou aproximadamente cinco horas.

3.2 "Fonga" promove encontro provincial da sociedade civil

Angop...09-10-07

Um encontro provincial sobre sociedade civil realiza-se hoje, na cidade de Mbanza Kongo (Zaire), sob a égide do Fórum das Organizações não Governamentais Angolanas (Fonga), em parceria com a Ong SOS Cedia. O seminário visa melhorar a ligação e a colaboração da sociedade civil através de redes e outros mecanismos de coordenação para engajar e influenciar a governação.

Pretende-se ainda com este evento promover a colaboração e coordenação da sociedade civil para assumir o seu papel de influenciar as políticas públicas e de se engajar na luta contra a pobreza, sendo uma das metas dos objectivos do desenvolvimento do milénio. No decorrer do encontro, os participantes serão dotados de conhecimentos sobre conceitos, papel, forças e fraquezas da sociedade civil, mecanismos e espaço de colaboração, bem como concertação e partilha de informação, entre outros temas.

Na abertura do evento, o vice-governador do Zaire para a esfera económica e social, Simão Helena, reconheceu o papel da sociedade civil para o impulsionamento das actividades desenvolvidas pelo Governo e pelo Estado no cumprimento de um conjunto de obrigações para o bem estar das populações.

Participam no encontro, que termina ainda hoje, representantes das associações cívicas, das igrejas, das ongs, autoridades tradicionais, estudantes e profissionais da comunicação social.

3.4 «Quando a sociedade civil é capaz as sociedades crescem»

A Capital...11-10-07

As recentes actuações do poder judicial que mexeram com a moral do país despertaram a Sociedade Civil quanto ao seu intervencionismo, mas também alertaram a consciência do próprio cidadão para os seus direitos. Se de um lado a Sociedade Civil se sentiu impelida para a intensificação das suas acções, o cidadão anónimo viu-se chamado a participar sem remorsos da vida cívica.

De acordo com alguns responsáveis de ONG's que falaram ao nosso jornal, o grau cada vez crescente de participação dos cidadãos na discussão pública é sinal de que a Sociedade Civil angolana tem estado a desempenhar com sucesso a sua actividade. Membro da Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), uma ONG angolana, António Ventura, defende que a nossa Sociedade Civil está organizada, embora não da forma que muitos desejavam, e ilustra a sua convicção com o

facto de hoje, nas demais províncias do país, haver já pessoas a falarem sobre DH, quer civis, políticos, económicos e culturais.

"Se vemos muitos cidadãos com um nível de participação política mais elevado, é graças ao trabalho das organizações da Sociedade Civil que, em seminários, workshops, têm abordado a importância do respeito pelas leis, a importância da promoção dos valores da democracia que, obviamente, incluem os DH", afirmou.

Já o Frei João Domingos, proeminente pároco católico, dando graças a Deus, reconhece que a caminhada em direcção ao despertar da consciência dos angolanos em relação aos seus direitos «está a ser muito positiva».

(...)

"Tudo isto é possível porque o Governo se dá conta de que é o caminho normal da democracia e que, portanto, tem que respeitar esta caminhada das pessoas, embora, em muitos casos, algumas delas não saibam dizer as coisas da maneira como devia ser, mas estão a aprender", sublinhou, tendo aconselhado para a necessidade de se entender tudo já que, «a pessoa quando começa a andar, nem sempre anda direita e, às vezes até, pode cair».

"É assim que se aprende a andar. Estamos no bom caminho, temos que continuar a caminhar para frente e que haja bons ecos. Por exemplo, gostei muito do discurso do Presidente da República nas Nações Unidas. Mostrou-se um estadista de tempos novos, deu sugestões e propôs soluções que são válidas não apenas para Angola, mas para o mundo". O académico Nelson Pestana "Bonavena", mesmo reconhecendo que haja muito boa gente a trabalhar, «gente de boa vontade que dá o que tem de melhor nas tarefas da Sociedade Civil, é insuficiente».

"As sociedades crescem quando a Sociedade Civil é capaz de se engajar na defesa dos seus próprios direitos e ser vigilante em relação ao exercício do poder. Afinal, o exercício do poder é uma delegação da sociedade a um grupo que deve servir outro grupo. Por isso, para que esse grupo a quem delegamos o poder de exercer o governo de todos nós funcione bem, é preciso que todos estejamos atentos e funcionemos como uma espécie de monitores, verificadores e vigilantes em relação ao exercício do poder", destacou Nelson Pestana, quando aludia a existência nesse quadro, de formas de auto-governo que, em seu entender, a sociedade pode adoptar. "Quer dizer, ela própria resolve por si os problemas de governo da comunidade. Por isso, a Sociedade Civil deve estar organizada, por um lado, para exigir o respeito pelos seus direitos, por outro lado, para partilhar o respeito pelos seus deveres, e também, vigiar aqueles a quem delegamos poderes para que exerçam o governo do bem comum".

Para Bonavena a paz é um ganho absoluto para a socie-

dade civil, pois, o facto de não haver guerra é, por si só, uma conquista a preservar. Outro ganho destacado por ele, é o facto de pela primeira vez termos a possibilidade de contactarmos o país todo e dele se ter uma visão global em termos reais e materiais, «porque em termos ideais sempre foi possível».

"Isso traduz-se também num ganho para a Sociedade Civil. Mas é indiscutível que há uma assimetria muito grande no país não só social, mas também no exercício das liberdades públicas. O território nesse capítulo ainda não está unificado. Porque se na capital do país temos alguns espaços de liberdade, temos um certo activismo da Sociedade Civil, há províncias em que ainda não é possível isso, e acho que aí é preciso reforçar o trabalho" que deverá ser feito através de deslocações de algumas organizações da Sociedade Civil da capital para ir unificar o país no capítulo das liberdades políticas civis e económicas.

3.5 Um Governo tradicional respeitado

Angolense...13-10-07

A Kibala. (Quibala), na província do Kuanza-Sul, representa uma das nossas tradições mais rígidas e rigorosamente organizadas.

Povo bravo, acutilante e resistente, vive organizado em grandes sanzalas ou territórios autónomos, dirigidas por reputados sobas. As mbanzas (sanzalas grandes) são capitais de inúmeras aldeias sob poder político - administrativo de sobetas. A organização do poder político dos Kibalas despertou atenção e interesse dos ocidentais e tal foi a força com que então os portugueses penetraram na região para impor um outro modelo de organização social.

O Governo da mbanza, dirigido pelo soba grande, integra o Nana Palanga (espécie de ministro da defesa), Nana Thandela (ministro da justiça), Nana Ngolombole (intérprete dos sonhos do soba e substituto imediato em caso de qualquer eventualidade). O Nana Kyilyokamba é o logístico e chefe protocolar do Governo.

Uma das tarefas mais espinhosas cabe ao Nana Ngolombe. Este, tem a missão de analisar e dar conclusões possíveis aos sonhos do soba e prever acontecimentos futuros, no interior da área de sua jurisdição. O soba é o homem mais forte e todo poderoso da mbanza, juridicamente aconselhado pelo Nana Thandela (ministro da defesa) e pelo Nana Kichokota (procurador geral).

(...)

O novo soba tem ainda de dar provas de virilidade. Durante vinte noites dorme no mesmo leito com uma donzela (uma mulher nova), descendente de escravos,

sem tocá-la. A manutenção da abstinência é rigorosamente seguida por guarda-costas do soba eleito. Na data da sua entronização, constrói-se um alpendre, uma espécie de um palco, com cerca de 50 cm de altura, coberta de esteiras. Aqui, com a rapariga, na presença dos anciãos, familiares de ambos e povo em geral, mostra o seu vigor sexual. Depois do acto, deve mostrar o seu líquido seminal a todos os velhos e demais presentes, para depois ser misturado com bebida a ser consumida pelo povo presente. O primeiro soba kibala estabeleceu-se na mbanza de Kitumbi, sendo por isso considerada a mais antiga da região. É a partir daqui que este povo, originário de PungoAndongo se espalhou pelo actual território que constitui o município de Kibala.

Doença e falecimento do soba

Para os kibalas a doença e a morte nunca têm uma causa natural. Procuram sempre investigar as suas causas. Fazem-no por razões de prevenção ou de vingança.

A doença terminal de um soba grande é rodeada de muitos mistérios: O todo poderoso não pode acabar de morrer como mandam as leis da natureza. Há sempre uma intervenção de alguém. Logo que se verificar a gravidade da sua doença, os mais velhos da sanzala reúnem-se e convidam homens corajosos, credenciados, pela tradição, para acabar com a vida dos sobas. Como manda a tradição local, se não o fizerem, toda a área sob jurisdição passará por dificuldades várias: fome, pestes, etc ... Por isso, quando o soba se encontrar próximo da morte, os tais homens de coragem, os "kessongos" são chamados para realizarem a operação. Os "kessongos entram no quarto do soba doente, correm com a família e torcem-no até à morte. Depois disso, extraem dele os órgãos sexuais e os intestinos, para serem enterrados à parte, numa pequena sepultura chamada "lombe". Esta área deve ser muito respeitada. Cada soba que ascende ao poder não deve circular livre e à vontade nela. Caso contrário, acontece-lhe algo estranho na vida. Depois disso, o corpo é embalsamado com óleo de palma fervido, para evitar putrefacção e cheiro durante o tempo de permanência na sanzala. Não se chora sem autorização de homens tradicionalmente preparados.

Durante os dias de óbito do soba, tudo o que desaparecer da sanzala, seja de que valor for, não se reivindica. Tudo vai em nome do malogrado e, daí, o maior cuidado com os ladrões.

(compilado a partir de "os kibalas de Gabriel Vinte e Cinco")

3.6 Uíge: Fonga realiza conferência com sociedade civil

Angop...19-10-07

O Fórum das organizações não-governamentais de Angola (Fonga) realizou hoje, sexta-feira, nesta cidade, uma conferência com a sociedade civil, para encontrar mecanismos e métodos para o seu funcionamento na região.

Durante o encontro foram abordados temas sobre os conceitos, papel civil, forças, mecanismos e espaços de colaboração, concertação e partilha de informação. As políticas públicas na luta contra a pobreza foram igualmente abordadas.

Cardoso Pedro, oficial da comunicação e informação nacional do Fonga no Uíge, que orientou os trabalhos, disse que o evento teve por objectivo encontrar espaços de interacção e concertação com sociedade civil.

Encontros do género vão ter lugar igualmente nas restantes províncias do país, para a eleição de delegados à conferência nacional, a ter lugar de 06 a 08 de Novembro próximo, em Luanda.

3.7 Open Society diz que o governo limita actividades das ONGs

A Capital...20-10-07-

De impedimentos no exercício da acção das organizações da Sociedade Civil queixou-se o representante da Open Society, Elias Isac, provando a alegação com situações que envolvem a AJPD, a Associação Mãos Livres, a SOS Habitat, a Mpalabanda que em Cabinda extinta «de uma maneira que não conseguimos entender» e o caso da própria Fundação de que é representante. Disse que por razões que acredita serem mais políticas do que jurídico-legais, o Governo não lhes atribui o devido estatuto.

"A AJPD até ao momento tem a sua situação por regularizar, a Mãos Livres até um certo ponto, e a Open Society tem um processo que já se alastra há mais de oito anos e o Governo não se pronuncia.

«Pensamos que todas essas manobras visam limitar e condicionar o trabalho das ONG's. Até um certo ponto isso é um impedimento», constatou Isac para quem a saída passa por obrigar o Governo a cumprir com o que está estabelecido na Constituição e nos vários preceitos jurídico-legais «que ele mesmo aprovou».

"O Governo tem de honrar a sua palavra. Se aprovou essas leis, então têm que ser implementadas e ele seja o primeiro actor a dar exemplo de cumprimento das leis. Esse é o primeiro passo. A seguir, nós da Sociedade Civil, as ONG's directamente afectadas, juntando-nos às demais, pressionarmos o Governo a cumprir esses preceitos todos", pois, sublinha, Angola é um Estado democrático de direito onde não podemos estar só a

cantarolar esses preceitos, quando na prática fazemos coisas completamente diferentes e contraditórias.

3.8 Como encaram os cidadãos o exercício democrático em Angola?

A Capital...20-10-07



Kady Mixinge, técnico de informática

A democracia está a crescer, está a dar os seus primeiros passos, está a começar agora. E ainda um embrião. Num país como o nosso que teve 30 anos de guerra, não é fácil implantar a democracia. Agora que estamos em tempo de paz, certamente, aos poucos os processos democráticos vão-se realizar pouco a pouco. Temos uma herança de violência, de caos, mas devemos trabalhar para inverter este quadro, ou seja, devemos trabalhar mais para que os direitos humanos sejam protegidos e tomarmos a consciência de que o mais importante no nosso país é o ser humano. Acho que é relativo dizer se evoluiu ou regrediu, porque ela dá cinco passos para frente e dá quatro para trás, dá três para frente e dá dois para trás. Ela está a evoluir aos poucos.



Antonio Figueiredo, Comerciante

A democracia é um regime que todos nós pretendemos, e estamos a lutar para a sua afirmação aqui no nosso país. Embora com muita vontade, ela ainda dá passos muito largos, está a caminhar com passos muito curtos, ainda há muitas lacunas pelo caminho a percorrer. Eu acho que os governantes deviam abrir mãos de alguns caprichos para poderem ajudar quem realmente passa por necessidades, para poderem ver que falta água, luz, pão, escolas, e até mesmo casas para muita gente, há muita gente a viver na miséria. A meu ver, ela ainda não evoluiu, há sim uma vontade, mas ainda não cresceu como tal. Se ao

menos pudéssemos expressar a nossa opinião sem medo de repressão, se estamos num estado democrático, então tem que se respeitar mais a vida, a dignidade de cada um.



João Freedom, Funcionário Público

Embora incipiente e nova, a democracia no nosso país devia ser melhor. Porque apesar de só termos começado a viver este regime há pouco tempo, já podia ser melhor. Ela ainda não é assim toda objectiva, tão clara como pretendemos. Todo o esforço é para conseguirmos andar nos passos da nossa Lei Constitucional. É difícil dizer se evoluiu ou regrediu, mas devemos apelar a consciência de todos os actores da vida política nacional para contribuírem, para darem o seu melhor para a democracia. Porque a democracia é um direito de todos, portanto, para quem está a governar e para quem está a ser governado, na perspectiva de uns hoje e outros amanhã. Todos precisamos da democracia para podermos vincar as nossas posições e defendermos os nossos direitos.



Antonio Essuvi, Mecânico

Estão sempre a dizer que há democracia no nosso país, mas no fundo não se nota nada disso. Porque com os últimos acontecimentos que marcaram a vida nacional, ficou bem claro que não se têm respeitado os Direitos Humanos. Apesar de muitos esforços que alguns partidos têm feito, os que estão no poder têm fechado todas as portas para aceder a democracia. Por exemplo, como é que um jornalista por expressar a sua opinião é preso? Desta forma estão a retraindo toda a sociedade, não só os jornalistas.

3.9 Autoridades tradicionais analisam coabitação com o poder do estado

Jornal de Angola...26-10-07

Setenta e cinco membros representativos do poder tradicional de todos os municípios da província do Zaire estão desde ontem reunidos em MbanzaCongo, no seu primeiro encontro provincial.

Durante dois dias, sobas, seculos e regedores deverão formular propostas sobre o papel e enquadramento legal do poder tradicional no sistema político angolano. No fórum, serão igualmente propostos novos modelos de articulação entre o Estado e as autoridades tradicionais, tendo em vista os processos de desconcentração e descentralização das administrações locais, bem como gizadas contribuições tendentes à criação de condições que dignifiquem a autoridade tradicional em Angola. A discussão e apresentação de subsídios à proposta do diploma sobre o regime jurídico das autoridades tradicionais, assim como para a elaboração dos princípios de direito consuetudinário, serão outros pontos que vão merecer a atenção dos participantes. Temas como "Autoridades tradicionais e desenvolvimento da administração do Estado em Angola", "Autoridade tradicional - génese, conceito, preceito, estrutura, nomenclatura, hierarquia e localização", "Autoridade tradicional e processo de sucessão", bem como "Figuras históricas, sítios e lugares sagrados e de memória", estão agendados para debate.

A coabitação entre o Estado e as autoridades tradicionais, o papel e estatuto da autoridade tradicional, à luz dos projectos de diplomas legais, coabitação entre o direito consuetudinário e o direito positivo, assim como a situação económica deste segmento da sociedade complementam o leque de temas a serem discutidos neste fórum.

Ao proceder a abertura do encontro, o vice-governador do Zaire para a Esfera Económica e Social, José Simão Helena, disse que a iniciativa do Governo constitui uma demonstração inequívoca do seu interesse em desenvolver o país em harmonia com todas as forças vivas da Nação, reafirmando o valor singular da Independência Nacional.

Os debates serão orientados por técnicos do MAT e por académicos locais das diversas áreas do saber, contando ainda com a presença de entidades eclesíásticas e membros do governo provincial, entre os convidados.

3.10 Governo aprova OGE para 2008

Angop...26-10-07

O Conselho de Ministros aprovou hoje (sexta-feira), em Luanda, em sessão ordinária, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008 e o contrato de investimento privado denominado Nova Fábrica de

Cimento do Lobito (Benguela).

Reunidos sob orientação do Presidente José Eduardo dos Santos, o Governo aprovou também os contratos para a reabilitação e expansão das redes de baixa, média, alta tensão e de iluminação pública das cidades do Sumbe, Porto Amboim, Gabela (Kwanza Sul) e Malanje.

A reunião aprovou igualmente a resolução sobre o plano executivo das recomendações do encontro técnico para a reintegração dos ex-militares.

3.11 OGE/2008 calculado em 2,5 triliões de kwanzas

Angop...27-10-07

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008, aprovado sexta-feira pelo Governo, comporta receitas e despesas na ordem de 2,5 triliões de kwanzas, representando um crescimento de 30 por cento em relação ao orçamento de 2007. O sector social, com 31,7 por cento da despesa total continua a absorver a maior proporção, seguido do sector económico com 24,6 por cento, registando-se uma redução dos encargos financeiros e da despesa com o sector da Defesa e Segurança e Ordem Pública com 14,6 por cento do OGE. As receitas fiscais representam cerca de 46 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), correspondendo a 77, 2 às receitas petrolíferas e 22,8 por cento de outros sectores, segundo o comunicado de imprensa da 9ª sessão do Conselho de Ministros, dirigida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Comparativamente ao valor projectado para 2007, as receitas totais deverão aumentar, em termos reais, cerca de 5,2 por cento.

De acordo com a proposta de OGE, a ser submetida à Assembleia Nacional em Novembro próximo, a política orçamental a seguir é a estabelecida no Programa Geral do Governo para o biénio 2007/2008. A edificação das bases para a construção de uma economia auto-sustentada, a consolidação da paz, da reconciliação nacional e do processo democrático, assim como o desenvolvimento dos recursos humanos, constituem alguns dos objectivos traçados no programa.

No âmbito dessa política, refere o documento, os eixos principais continuarão a ser a preparação de uma reforma tributária abrangente, a melhoria dos serviços da administração tributária e de alongamento da tributação de rendimentos e consumo, assim como a adequação dos benefícios fiscais ao investimento. Em declarações à imprensa, o ministro das Finanças, Pedro de Moraes, informou que o OGE reserva recursos para a preparação e execução das eleições

legislativas em 2008, descentralização da gestão dos municípios e resolução de problemas decorrentes do rápido crescimento que o país regista. Em relação às eleições, disse estar previsto também verbas para a realização de tarefas da responsabilidade da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) e da Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Em termos quantitativos, segundo Pedro de Moraes, o OGE comporta 2,5 triliões de kwanzas, um crescimento de 30 por cento em relação ao orçamento passado.

Pedro de Moraes esclareceu que essa proporção de gastos, de cerca de 31 por cento do total da despesa orçamental, deve-se à redução operada nos encargos financeiros.

O ministro das Finanças referiu que, apesar do nível de financiamento interno e externo que o Governo tem vindo a obter, o perfil de reembolso destes financiamentos "é suficientemente alargado" para não permitir concentrações de reembolso nos primeiros períodos.

Por outro lado, anunciou para o próximo ano um ajustamento salarial superior à inflação. "Para 2008, os funcionários públicos vão ter um ajuste no salário real", anunciou.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 "Há uma indefinição sobre quando teremos as eleições gerais no país"

Angolense...06-10-07

Deixando o conflito interno para lá, o presidente do PADEPA afirmou que o momento político actual é crítico, argumentando a sua afirmação com a indefinição da data da realização das eleições gerais no país, pois, segundo ele, as datas indicativas não podem ser vistas como datas concretas para a ida às urnas

(ANG): Terminado que está o processo de registo eleitoral, pensa que o país pode conhecer a realização das segundas eleições gerais da sua história ainda em 2008 e 2009, respectivamente, como avançou o Presidente da República?

(C.L.): Estamos perante uma situação crítica em relação ao rumo do país. No meu entender, o país devia ter nesta fase um rumo bem definido. Quando falo em rumo estou a falar da marcação da data das eleições, que já devíamos ter assim como um programa que nos permitisse trabalhar até às eleições. Devíamos também ter garantias do sistema de justiça, estou a me referir concretamente aos Tribunais que deviam ser órgãos independentes e imparciais, para serem o garante da transparência deste processo. Lamentavelmente, a situação que ainda vivemos é de ditadura, totalitária e de perseguição política. No entanto, até os órgãos de comunicação social públicos são controlados pelo Governo. Temos também o problema com os órgãos privados que, deviam jogar um papel mais activo se tivessem capacidade de chegar às zonas mais recondidas do país, como forma de contrabalançar as informações que as populações recebem dos órgãos estatais. Não há um investimento sério para que o país se democratize completamente. Ouvi falar várias vezes que a imprensa privada vai ter apoios, o que é bom, mas que não seja um apoio eleitoralista. Nós pensamos que este apoio deve ser uma assunção das suas responsabilidades por parte do Estado. Estamos a nos preparar para irmos às eleições e só agora é que vamos dar apoio a imprensa privada porque? Devemos ter algo bem definido a nível do Estado para os partidos políticos e para a comunicação social que, joga um papel preponderante e não estarmos presos os vícios e caprichos do MPLA.

(ANG): Como é que sustenta a sua afirmação, segundo a qual os órgãos de justiça do país não são parciais?

(C.L.): Sustento isso aponrando os casos que vão acon-

tecendo um pouco por todo o país. As detenções constantes dos militantes do PADEPA são um exemplo concreto. Em várias ocasiões militantes do PADEPA foram parar à cadeia quando realizavam actos pacíficos, democráticos em conformidade com a constituição e a lei dos partidos políticos vigente na República de Angola. O que se passa é que quando a actividade não é do MPLA surge à polícia para impedir a realização de um determinado acto. O mesmo acontece com os órgãos de comunicação social que só dão cobertura às actividades do MPLA. Voltando as detenções, na semana finda alguns militantes do PADEPA foram detidos no Luau, província do Moxico, quando tentavam realizar uma actividade política. Não faziam mais nada senão mobilizar e recrutar militantes. Acabaram detidos sem culpa formada. O que se pretende é que as populações não tenham contacto com os programas e a estratégia dos partidos políticos. Por isso, pensamos que não estamos a viver num país democrático.

(ANG): Regra geral, quando militantes do PADEPA são detidos à direcção do partido alega que as detenções são ilegais. Como justifica a condenação de alguns militantes do PADEPA. Têm ou não cometido desacatos na via pública?

(C.L.): Bem, é do conhecimento de todos que somos uma organização política séria e com fins pacíficos. Tendo em conta o espaço que conquistamos, hoje somos respeitados a nível internacional, sobretudo por organizações de defesa dos direitos humanos respeitadas no mundo. A contribuição do PADEPA de forma ordeira está na base deste reconhecimento. Por isso, está fora de questão a informação segundo a qual os nossos militantes têm cometido desacatos. Hoje o somos uma força.

4.2 Ministro da Comunicação Social e Rede Eleitoral dialogam sobre o Registo Eleitoral

Angop...12-10-07

O ministro da Comunicação Social, Manuel António Rabelais, manteve nesta quinta-feira, em Luanda, um encontro de trabalho com uma delegação da Rede Eleitoral Angola (REA), com quem abordou aspectos ligados ao registo eleitoral. Na audiência, a comitiva da REA enalteceu a forma como a Comunicação Social tem mantido as populações informadas sobre o andamento do Registo Eleitoral, bem como outras matérias que facilitam os eleitores a procederem correctamente nos actos do processo.

"A informação tem sido bastante importante nesse processo", salientou o director-geral da REA, Manuel

Diogo, citado numa nota da Rede Eleitoral Angola, enviada hoje à Angop, em Luanda. A REA, existente desde 2003, é um consórcio de organizações da sociedade civil que trabalham na advocacia das leis eleitorais, educação cívica, observação, prevenção e resolução de conflitos eleitorais.

O Ministério da Comunicação Social faz parte do grupo técnico que compõem a Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE). Assistiu ao encontro, por parte da REA, o director-geral, Manuel Diogo, os oficiais para a ligação as províncias, advocacia e de imprensa, nomeadamente Pinheiro Mukango, José Paulo Bunga e Angelino Gomes.

4.3 Os números do registo e os seus reflexos sobre a população

Angolense...13-10-07

1. Os resultados do recenseamento eleitoral, decorrido entre 2006 e 2007, durante cerca de 10 meses, apontaram para o registo de pouco mais de 8 milhões de cidadãos, ultrapassando as melhores e mais optimistas previsões que acreditavam chegar-se apenas aos 7 milhões de eleitores registados.

Sob a óptica dos números, não restam dúvidas que este processo foi um estrondoso êxito político para o Governo, sobretudo para o seu coordenador, o professor de Direito Administrativo, Dr. Virgílio de Fontes Pereira que é duplamente Ministro da Administração do Território e Secretário do Bureau Político do MPLA para a área de quadros. Embora não tenhamos em nossa posse os números reais da distribuição geográfica dos eleitores registados, parece, entretanto, não existir dúvidas de como há uma clara mudança, em comparação com a distribuição da população em 1992 quando o foco dos eleitores se encontrava concentrado no centro-sul do país.

Na actualidade, esta população (eleitoral) migrou pelas razões sobejamente conhecidas e está radica da, fundamentalmente, no litoral e sudoeste de Angola num corredor que se prolonga de Luanda ao Namibe apesar de persistirem algumas tradicionais praças como Cabinda, Benguela e o Lubango (Huíla). (...)

E se olharmos ao indicador sexista, veremos que então teremos de fortalecer a igualdade de oportunidades, o combate a violência doméstica e, quanto a nós, aquilo que seria uma pedra mágica, o combate a mortalidade materno-infantil. Neste aspecto, mulheres e as suas crianças ainda sofrem dos horrores de níveis sub-humanos da realidade social existente.

2. Voltemo-nos agora para aquilo que consideramos essencial nesta abordagem. Grande parte dos so-

ciólogos e demógrafos com os quais podemos privar, por razões várias, mostram-se surpresos com os números do registo, reforçando neles a convicção da necessidade de realização urgente de um censo populacional em Angola. (...)

Mas se formos mesmo os tais 20 milhões de que se tornou corrente afirmar, interessar-nos-ia tanto assim acolhermos os emigrantes?

3. Parece-nos pouco sensata a política, ou melhor dito, a visão comum em muitos de nós de que é necessário as angolanas parirem sem cessar para "encher" o país, mas com pouquíssima preocupação em relação ao bemestar, e uma visão meramente maniqueista ignorando completamente a situação económica e social em Angola.

Seria interessante, a este nível, uma política da natalidade com contenção ou fomento em função de uma estratégia claramente definida porque amplamente discutida. Se mais de 50 por cento é menor de 18 anos de idade, tal como do sexo feminino, está clarividente que questões sociais básicas como a educação e a saúde deveriam estar melhor salvaguardadas, já mesmo a partir do próximo Orçamento Geral do Estado. Ou seja, tornaria imperioso um esforço do Governo ainda maior na construção de escolas em vários níveis em função do número de habitantes dos vários municípios, comunas e vilas; de mais hospitais fundamentalmente com serviços de pediatria e maternidade, para além de outras especialidades, para além de uma aposta clara na formação do angolano em certas áreas como a medicina, enfermagem e as engenharias (Industrial, Civil, Informática, Telecomunicações, Mecânica, Minas, Petróleos) e outras.

Há que definir-se apenas prioridades e estratégias, porque é vergonhoso um país com cerca de 20 milhões de habitantes contar com menos de dez mil médicos. Uma lástima, diga-se! Um país não se reconstrói apenas em termos de estradas, como vê-se fazer aqui. A reconstrução e mesmo com a alegada escassez de fundos, faz-se com uma planificação estratégica e táctica que viabilizem e desenhalhem o desenvolvimento.

Portanto, se para o processo temos de manifestar o nosso regozijo pelo número de eleitores registados, embora muito há para ser dito em relação a metodologia, para a população, o Estado e as suas instituições, este mesmo registo deverá servir de alerta sobre os números estimados e tornar assim imperioso a realização do censo populacional.

4.4 CIPE e UNITA caminham em direcções opostas

Agora...13-10-07

Mais de vinte dias depois de o coordenador da CIPE (Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral), Virgílio Fontes Pereira, ter anunciado o fim do registo eleitoral, iniciado em Novembro do ano passado, ainda não foram dados quaisquer passos no sentido de se iniciarem as tarefas subsequentes, à luz da lei.

Durante o acta formal que teve lugar no Sumbe, em Setembro último, e que foi antecedido de um encontro de balanço do trabalho efectuado pela CIPE durante os nove meses do processo, Fontes Pereira anunciou como acções imediatas, entre outras, a elaboração dos cadernos eleitorais e sua exposição, a consolidação dos dados definitivos, bem como a reorganização administrativa do aparato utilizado durante o registo.

Dias depois ficou-se a saber que a implementação das referidas tarefas estava dependente de um reajuste do calendário que, segundo se cogita, não irá ultrapassar o mês de Novembro. Num dos encontros havidos recentemente entre os responsáveis da CIPE e dos partidos políticos, aquela instituição fez saber através do vice-ministro da Administração do Território, Edeltrudes Costa, que estava empenhada numa "grande operação" que consistia na recolha das disquetes a nível de todo o território para, posteriormente, apurar os dados definitivos dos cidadãos com capacidade eleitoral que foram registados.

Por outro lado, Edeltrudes Costa terá assumido que existia um grande número de cidadãos eleitores que não receberam os respectivos cartões.

De acordo com os dados provisórios apresentados pela CIPE, foram registados oito milhões e 39 mil cidadãos, cifra que supera os 7,5 milhões de eleitores inicialmente previstos.

A UNITA, por seu turno, diz ter constatado atrasos no processo que, no seu entender, parecem intencionais e têm por objectivo dilatar as datas da realização das eleições. Durante uma conferência de imprensa realizada está quarta-feira, 10, Azevedo Cangangi, secretário para os assuntos políticos e eleitorais daquela organização política, considerou positivo o balanço do registo eleitoral, pelo número de eleitores registados, mas negativo por se constatarem violações dos princípios da universalidade do registo, da transparência, da imparcialidade e da unificidade, bem como a infracção do princípio do Estado Democrático e de Direito.

No entender da organização do Galo Negro, muitos dos angolanos residentes no país e no exterior, com capacidade eleitoral, foram excluídos durante o processo do registo eleitoral, e, como tal, privados dos seus direitos cívicos,

Alguns destes cidadãos, de acordo com Azevedo Cangangi, não poderão exercer o seu direito de voto "por razões até aqui não convincentes", enquanto

outros não o poderão fazer porque o registo não chegou às suas localidades ou porque as brigadas não permaneceram ali o tempo suficiente, alegando avarias no equipamento.

O político lembrou que a Lei do Registo Eleitoral prevê no seu artigo 6º, sobre a universalidade, que "devem ser inscritos - no registo todos os cidadãos que gozam de capacidade eleitoral nos termos da Lei, residentes no país e no estrangeiro e todos os cidadãos que completem 18 anos de idade à data realização das eleições".

Durante o encontro com os jornalistas, o interlocutor disse também que os fiscais do seu Partido detectaram durante o processo de registo eleitoral inconsistências entre os dados introduzidos no sistema e os cartões emitidos.

"Há impressões digitais que não foram lidas ou impressas pelo sistema. Há cartões que foram emitidos sem a impressão digital e sem o código de barras. Outros cartões foram emitidos com base no material de ensaio. O sistema de registo não impediu o duplo registo", disse Azevedo Cangangi, acrescentando que os cidadãos precisam de garantias de que os conteúdos dos dados do registo são fielmente preservados pelo sistema.

4.5 Em curso plano para enviabilizar as eleições

Semanário Angolense...13-10-07

Algumas pessoas que estão no centro do poder em Angola estão a executar um plano que visa o adiamento das eleições, denunciou ao *Semanário Angolense* uma fonte digna de crédito, com ligações aos serviços de informação.

Segundo tal fonte, o plano está já em curso e as prisões de Fernando Miala e de Graça Campos são apenas as primeiras jogadas, visando a instauração de um clima generalizado de desconfiança e desrespeito à justiça. A fonte explica que os orquestradores do plano pretendem com isso provocar um clima de medo que leve as pessoas a protagonizarem actos de insubordinação, ou mesmo levantamentos populares que justifiquem o adiamento das eleições por falta de segurança e de paz social.

A fonte não afiança se o Presidente da República está envolvido ou não ao corrente de tal plano, mas adianta que poderá ser um dos beneficiados. A eleição de JES, argumenta a fonte, não é garantida. Se em 1992 quando o povo ainda o tinha como homem ímpoluto, ele não ganhou, agora que queimou tudo o que é capital político, com os filhos a enriquecerem à sua sombra de uma forma questionável, agora que existem mais rádios e mais jornais e não havendo Savimbi nem guerra mas

as condições sociais continuam a piorar, já muita gente se deu conta de que será muito difícil ele ganhar», argumentou o informador do Semanário Angolense. Alguns assessores do Presidente da República são apontados como responsáveis pela queda da sua popularidade.

«Separaram o Presidente do povo. Quando ele sai, sai também um exército. Nunca tirou férias no país, só dorme em Luanda e nunca se explicou como é que a família enriqueceu tão de repente. Enfim, os assessores tiraram o predidente do povo e o povo já não sente o presidente como um dos seus. Sem citar nomes, a fonte avança que há gente que não permitirá a reabilitação da imagem do Presidente. «Para voltar a ser popular o Presidente teria de se livrar de certas pessoas, mas é muito difícil. São pessoas com muito poder, afastaram todos os outros e controlam o Presidente. Estas pessoas que querem exercer o poder por intermédio do Presidente é que o levam a cometer certos erros, se bem que por alguns ele próprio terá que responder, mas estas pessoas é que têm mais medo das eleições e do dia seguinte se JES não ganhar».

A aparente incapacidade para resolver questões como a iluminação pública e a delinquência em Luanda são também partes do plano, segundo a fonte. «o país está a ser governado de forma negligente em matéria de acesso às armas, que é cada vez mais facilitado. E é por isso que o crime cresce. Mas para o crime crescer é também importante que não haja iluminação», argumenta a fonte, segundo a qual, para os autores do plano, seria importante um clima de medo e de insegurança que justifique a tomada de medidas radicais.

«Eles bloqueiam as soluções para estes problemas porque querem ter um motivo para adiar as eleições. Poderão até simular ou instigar confrontos entre apoiantes de partidos», sublinhou a fonte.

4.6 Galo negro diz que há tendências bem definidas

Semanario Angolense...13-10-07

Azevedo Kanganje, Secretário para os Assuntos Eleitorais da Unita acusou o Governo de estar a encetar manobras dilatórias no sentido de encontrar pretexto para o adiamento das eleições gerais previstas para o próximo ano.

O dirigente partidário fez estas declarações na quarta-feira 10, em conferência de imprensa realizada numas das instalações 'desta formação política na cidade capital. Por outro lado, este responsável disse, na ocasião, que o governo excluiu injustamente muitos angolanos do processo de registo.

Azevedo Kanganje argumentou com facto de os ci-

dadãos angolanos que residem no exterior não terem sido registados, além daqueles que residem em zonas onde as brigadas não permaneceram por tempo útil, por registarem avarias nos seus equipamentos e aqueles que nos seus bairros nunca viram as cores de um brigadista.

As violações dos princípios da universalidade do registo, violação dos princípios de transparência, imparcialidade e da unicidade do registo e a violação do princípio do estado democrático e de direito são os aspectos que levaram a UNITA a fazer um balanço que concluiu negativo por verificar enormes violações.

A não publicação dos cadernos eleitorais nas sedes das entidades registadoras para efeitos de reclamações, e a sua não publicação em diário da república são situações que, para a UNITA, configuram uma tentativa de arrastar os prazos para adiar o pleito eleitoral. «Quando a lei recomenda a publicação dos cadernos nos 75 dias úteis seguintes ao fim do registo, enquanto que para a publicação em Diário da República a lei recomenda 20 dias ao fim do registo, (artigo 46º da lei do Registo Eleitoral e artigo 33º do regulamento da mesma lei) estranhamente, nenhuma publicação foi feita até ao momento», concluiu Canganje.

Adalberto da Costa Júnior, Secretário da UNITA para a Informação acrescentou na ocasião que não entende o atraso que se verifica, por não se encontrarem justificações convincentes, uma vez que o Governo rejeitou a proposta apresentada pela UNITA, do sistema de Intranet para o processo de registo.

Porém, Virgílio de Fontes Pereira o ministro da Administração do Território, reagiu, desafiando a UNITA a indicar as áreas em que alega que existem angolanos que não tiveram oportunidade de exercer o seu direito de registo. Por outro lado, disse que os prazos estipulados pela lei não se adequam à realidade do país, «Os prazos estabelecidos pela lei são prazos para um país em situação normal o que não é o nosso», sublinhou.

As províncias da Huíla, Moxico e Kuando Kubango foram as mais afectadas pela exclusão de muitos cidadãos ao seu direito de registo. os Municípios de Kuan-gu e Caconda foram as áreas em que grande parte dos cidadãos não foi registada, para os que defendem que muitos angolanos ficaram de fora do registo.

4.7 Em curso plano para enviabilizar as eleições

Semanario Angolense...13-10-07

Algumas pessoas que estão no centro do poder em Angola estão a executar um plano que visa o adiamento das eleições, denunciou ao Semanário Angolense uma fonte digna de crédito, com ligações aos serviços de informação.

Segundo tal fonte, o plano está já em curso e as prisões de Fernando Miala e de Graça Campos são apenas as primeiras jogadas, visando a instauração de um clima generalizado de desconfiança e desrespeito à justiça. A fonte explica que os orquestradores do plano pretendem com isso provocar um clima de medo que leve as pessoas a protagonizarem actos de insubordinação, ou mesmo levantamentos populares que justifiquem o adiamento das eleições por falta de segurança e de paz social.

A fonte não afiança se o Presidente da República está envolvido ou não ao corrente de tal plano, mas adianta que poderá ser um dos beneficiados. A eleição de JES, argumenta a fonte, não é garantida. Se em 1992 quando o povo ainda o tinha como homem ímpoluto, ele não ganhou, agora que queimou tudo o que é capital político, com os filhos a enriquecerem à sua sombra de uma forma questionável, agora que existem mais rádios e mais jornais e não havendo Savimbi nem guerra mas as condições sociais continuam a piorar, já muita gente se deu conta de que será muito difícil ele ganhar», argumentou o informador do Semanário Angolense.

Alguns assessores do Presidente da República são apontados como responsáveis pela queda da sua popularidade. «Separaram o Presidente do povo. Quando ele sai, sai também um exército. Nunca tirou férias no país, só dorme em Luanda e nunca se explicou como é que a família enriqueceu tão de repente. Enfim, os assessores tiraram o presidente do povo e o povo já não sente o presidente como um dos seus.

Sem citar nomes, a fonte avança que há gente que não permitirá a reabilitação da imagem do Presidente. «Para voltar a ser popular o Presidente teria de se livrar de certas pessoas, mas é muito difícil. São pessoas com muito poder, afastaram todos os outros e controlam o Presidente. Estas pessoas que querem exercer o poder por intermédio do Presidente é que o levam a cometer certos erros, se bem que por alguns ele próprio terá que responder, mas estas pessoas é que têm mais medo das eleições e do dia seguinte se JES não ganhar».

A aparente incapacidade para resolver questões como a iluminação pública e a delinquência em Luanda são também partes do plano, segundo a fonte. «o país está a ser governado de forma negligente em matéria de acesso às armas, que é cada vez mais facilitado. E é por isso que o crime cresce. Mas para o crime crescer é também importante que não haja iluminação», argumenta a fonte, segundo a qual, para os autores do plano, seria importante um clima de medo e de insegurança que justifique a tomada de medidas radicais.

«Eles bloqueiam as soluções para estes problemas porque querem ter um motivo para adiar as eleições. Poderão até simular ou instigar confrontos entre

apoiantes de partidos», sublinhou a fonte.

4.8 Luz ténue nas contas finais do registo eleitoral

A Capital...13-10-07

Num pronunciamento que pode ser encarado como uma «marca registada» da organização, a UNITA voltou a apontar as suas baterias para o que considera ser uma série de violações decorridas durante todo o processo de registo eleitoral.

As mais de oito milhões de pessoas registadas são positivas, na opinião do partido do «galo negro», mas, em todo caso, nem tudo são só flores, uma vez que o registo, para a organização, não abrangeu todos os angolanos no interior e exterior do país, além de que, por falta da marcação da data das eleições, os angolanos que completam 18 anos de idade em Setembro de 2008 foram excluídos. O partido afirmou, em conferência de imprensa, não entender como, mesmo sabendo que as eleições serão realizadas entre Maio e Setembro de 2008, segundo recomendações da última reunião do Conselho da República, não foram registados os jovens que nasceram em 1990 e, por este facto, completam 18 anos, idade eleitoral. Ao colocar as cartas na mesa, a UNITA, chamou a atenção, só agora, para a exclusão de vários cidadãos, cujo registo não chegou às suas localidades ou porque as brigadas não permaneceram o tempo suficiente nalgumas áreas, o que para os «maninhos» atropela os princípios da universalidade estipulado no artigo 6º da Lei do Registo Eleitoral.

A UNITA vai mais longe nas suas denúncias, porquanto revela que foram detectadas inconsistências entre os dados introduzidos no sistema.

«Há impressões digitais que não foram lidas ou impressas pelo sistemas, há cartões que foram emitidos sem a impressão digital e sem o código de barras, há cartões que foram emitidos com base no material de ensaio», salienta o comunicado, além de que «o sistema de registo não impediu os registos duplos».

O secretário nacional para os assuntos eleitorais da organização, Azevedo Cangaji, entende que os cidadãos precisam de garantias de que os conteúdos dos dados do registo são fielmente preservados pelo sistema, por isso protegidos contra a manipulação e que os seus cartões estão conformes para exercerem o seu direito de voto.

O segundo maior partido na oposição angolana mostra-se preocupada com o número de pessoas registadas que «até a data não possuem os seus cartões de eleitor», apontando até algumas localidades do interior do país, sobretudo nas províncias da Huíla e Kuando-Kubando, onde as brigadas ou se fizeram

presentes ou não as pessoas registadas não receberam os seus cartões, o que para o partido conforma uma violação dos princípios de transparência, imparcialidade e da unicidade do registo.

«O registo eleitoral deve ser feito com clareza, de modo a evitarem-se erros ou omissões que comprometam a finalidade do mesmo», destacou Canganji, para quem, em nome do partido, os prazos estabelecidos pela lei Eleitoral não estão a ser cumpridos. Por exemplo, os «maninhos» queixam-se que mais de 20 dias após o termo da segunda fase eleitoral não tenham sido ainda publicadas as «cópias fiéis» dos cadernos eleitorais nas sedes das entidades registadoras, que sirvam de consulta e reclamação das partes interessadas. E que a lei estipula a actualização nos 15 dias úteis seguintes ao fim do processo. «Até aqui não foram feitas nenhuma actualizações», lamentou o responsável pela política eleitoral do partido.

A formação do «galo negro» não tem a mínima dúvida: «estas violações são indicadores de que o Governo atrasa os prazos para não realizar eleições em 2008», adiantaram.

«Qualquer alteração nos prazos legais para se efectuarem novos registos em Maio de 2008, significa negar aos angolanos, mais uma vez, o direito de escolherem livremente o seu governo e participarem activamente na vida política do seu país», reflectiu a organização.

4.9 Ong Development Workshop balanceia programa de educação cívica eleitoral

Angop...16-10-07

A organização não governamental Development Workshop (DW) realiza nesta quarta-feira, em Luanda, um encontro de balanço das actividades atinentes ao seu programa de educação cívica eleitoral no período de 2006/07. Uma nota de imprensa daquela organização refere que o encontro contará com a participação de coordenadores dos 10 núcleos provinciais onde a DW trabalha, nomeadamente Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Huambo, Malange, Moxico, Kwanza Sul, Kuando Kubango e Uíge. Visará essencialmente balancear as actividades desenvolvidas neste período, analisar e perspectivar acções para o biênio 2008/09.

O encontro, a ser aberto pelo director da DW em Angola, Alain Cain, abordará temas como educação cívica, resolução de conflitos, democracia, direitos humanos, igualdade de género, entre outros.

4.10 Presidente da República reafirma realização das eleições em 2008

Angop...21-10-07

O chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, reafirmou na última quinta-feira, em Luanda, que com a consolidação da paz e da reconciliação, a situação política é estável e, após o término do registo eleitoral, as próximas eleições legislativas serão em 2008.

José Eduardo dos Santos discursava na abertura das conversações oficiais entre Angola e o Brasil, no quadro da visita do Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, ao país. Ao debruçar-se sobre o crescimento económico nacional, o chefe de Estado referiu que os indicadores são "muito" animadores, a taxa de inflação é de cerca de 12 por cento e está em queda o défice do Orçamento Geral do Estado. Referiu que as reservas internacionais do Banco Central aumentaram e o crescimento económico é reconhecido pelas instâncias internacionais como um dos mais elevados do mundo, situando-se acima dos 18 por cento. No domínio social, asseverou, o governo realiza um firme combate ao desemprego e à pobreza, às doenças endémicas como o HIV/Sida, a tuberculose, a malária e outras. "O Governo também está envolvido na luta pela paz e segurança em África e no mundo, em geral, e por relações internacionais mais justas", disse José Eduardo dos Santos. As conversações entre Angola e Brasil culminaram com a assinatura de acordos nos mais variados domínios.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Luanda tem menos escolas do que estima

Folha8...06-10-07

Notícia caiu mal aos encarregados de educação que, grande parte deles vive nos arredores da escola e, conseqüentemente, é vizinho do novo proprietário da instituição que, durante longos anos viveu no anexo afecto a instituição escolar, ou seja à casa que durante longos anos funcionou como escola. Outrora designado Colégio da Actividade a referida escola tem certa tradição no bairro, porquanto grande parte dos actuais jovens aí fizeram o ensino primário o que aumenta ainda mais a revolta da vizinhança que se interroga, como é possível o governo ter vendido uma escola a um privado?

A verdade é que aconteceu e, pelas explicações dadas pelos novos proprietários, obedecendo todas as normas legais como, de resto, confirmou uma fonte do governo da província ao Folha8. O que aconteceu é que o local onde durante muitos anos funcionou a escola nunca esteve registado como escola, mas sim como simples residência. Em outra palavras é dizer que o novo proprietário da escola comprou ao governo uma residência e nunca uma escola o que terá acontecido na altura que accionou os mecanismo para a compra da sua casa que, na verdade, é um anexo da residência onde funciona a escola.

Ao aperceber-se que a infra-estrutura de frente nunca esteve registada como escola, mas sim residência, e, como tal passível de ser adquirida, o proprietário do anexo limitou-se a accionar os mecanismos para a compra da mesma de formas a não ser surpreendido um dia por uma outra pessoas.

Ora, a verdade é que no próximo ano lectivo, centenas de crianças terão problemas para estudar, embora fontes próximas da direcção provincial de educação garantem a colocação dos alunos, bem como dos professores está assegurada. Para os encarregados de educação o culpado do possível transtorno que terão no próximo ano lectivo é pura e simplesmente quem adquiriu a propriedade. Entretanto, esta pessoa apenas terá, ao mesmo tempo, aproveita do a brecha deixada pelo governo e prevenindo-se de um futuro despejo, pois é o que lhe poderia acontecer caso fosse uma outra pessoa a comprar a casa. Assim sendo, o culpado mesmo são as instituições governamentais que nunca se deram ao trabalho de registar a referida infra-estrutura como escola e, como tal, um bem público.

Nesta altura impõem-se uma interrogação. A que instituição governamental caberia tal tarefa?

O mais preocupante é saber que numa altura que tanto se fala de um plano de reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino outras tantas escolas se encontram na situação da 5016, podendo ser adquiridas por outras pessoas. Fonte bem informada, por exemplo, fez saber ao Folha8 que no gabinete jurídico do Governo Provincial de Luanda terá chegado, nos Últimos dias, a solicitação de uma das escolas do município da Maianga que encontra na mesma situação que a 5016, ou seja não está registada como escola. Perante o referido cenário Luanda arrisca-se a perder muitas salas de aulas e, facilmente se pode se afirmar que, afinal a capital do país não tem o número de escolas que estima, mas sim muitas residências usadas como escola que a qualquer altura podem ser requeridas e adquiridas por alguém. No presente ano lectivo estão contabilizadas 441 escolas, das quais 34 estão localizadas no município Rangel que é onde está localizada a 5016 que quer dizer que, a se manter o quadro actual, o referido município terá apenas 33 escolas e a província 440.

5.2 INAC constata andamento do processo de registo gratuito de menores no Sambizanga

Angop...09-10-07

Um grupo de funcionários da secção municipal do Instituto Nacional da Criança (INAC) no Sambizanga, em Luanda, desenvolve desde a manhã de hoje um ciclo de visita de constatação aos centros de saúde e hospitais da circunscrição. Em declarações hoje à Angop, a responsável local do INAC, Teresa dos Santos, disse que as visitas têm como objectivo desempenhar o papel de advocacia dos direitos da criança no processo de registo de menores de zero a cinco anos, iniciado em Agosto último. Acrescentou que o registo gratuito de menores é bem vindo por se tratar de um valor consignado na convenção sobre os direitos da criança. "A criança, após o seu nascimento, tem direito a um acento de nascimento", frisou a fonte, justificando, deste modo, a contribuição do INAC nesse processo, sobretudo na mobilização e sensibilização da população mais vulnerável para aderirem ao registo de menores. Segundo a responsável, com a força do decreto número 31/07 de 14 de Maio do Conselho de Ministros, que consagra o registo gratuito de menores, todas as crianças desfavorecidas poderão ser registadas.

5.3 Banco Atlântico dispõe de USD 50 milhões para financiar projectos de jovens angolanos

Angop...10-10-07

O Banco Privado Atlântico, através do "BPAEmpreender", dispõe de um fundo de 50 milhões de dólares norte-americanos para financiamento de projectos económicos de jovens angolanos empreendedores, até 40 anos de idade, anunciou hoje (quarta-feira), em Luanda, o coordenador do Gabinete Jurídico da instituição, Ulanga Gaspar Martins. Em entrevista à Angop, o técnico referiu que o fundo visa financiar, prioritariamente, projectos económicos sustentáveis e viáveis nos domínios das Ciências Biomédicas, Energia, Agro-Indústria, Indústria Transformadora e Educação e Formação Profissional, no âmbito do "projecto BPAEmpreender", cujo concurso de acesso decorre desde dois de Julho último e termina a 31 de Dezembro deste ano. O BPAEmpreender é um projecto de rentabilização do capital humano e tem, entre outros objectivos, incentivar a criação de projectos inovadores, dando a possibilidade aos jovens angolanos, residentes no país e no estrangeiro, de intervir no desenvolvimento nacional.

De acordo com o entrevistado da Angop, desde o início do concurso pelo menos 60 projectos nas áreas da Indústria Transformadora, Agro-Indústria e Energia deram já entrada na instituição para a necessária avaliação e selecção. Entre os critérios de selecção constam o competente "estudo de viabilidade económica e financeira e o plano de negócio, a qualidade e o carácter inovador do projecto, bem como o seu impacto na geração de riqueza interna", indicou. Com essa iniciativa, o Banco Privado Atlântico pretende constituir-se num parceiro estratégico e financeiro dos jovens empreendedores angolanos, disponibilizando financiamento e serviços da banca de investimentos aos projectos vencedores. O BPAEmpreender é "um instrumento que permitirá a concretização dos projectos geradores de valores para a economia angolana, ao mesmo tempo que contribui para a criação de uma cultura financeira assente na rentabilização do maior e mais importante activo de Angola, o capital humano, único gerador de valor transversal a toda a economia", sustentou o interlocutor da Angop. De acordo com o regulamento do concurso, serão aceites propostas de projectos que tenham como objectivos dinamizar e materializar actividades empresariais geradoras de riqueza nacional, nos sectores estratégicos da economia que garantam maior número de empregos directos.

O regulamento impõe, entre outras condições, para a viabilização do financiamento, a comparticipação do cliente em 20 por cento do valor pretendido para o investimento, uma situação que pode ser negociada com o banco, de acordo com a natureza do empreendimento, explicou o coordenador do Gabinete Jurídico do BPA. A clientela do Banco Privado Atlântico está segmentada em Atlântico-clientes com depósitos até USD 100 mil, Património-clientes com depósitos até 300 mil dólares e Private-clientes com valores depositados acima dos 300 mil dólares norte-americanos, precisou. O BPA dispõe também de uma Direcção de Negócios Institucional, vocacionada para o atendimento de instituições públicas e empresas de referência. Possui ainda um Serviço de Atendimento Empresarial Dirigido para as pequenas e médias firmas. O Banco Privado Atlântico (BPA) iniciou a sua actividade a 17 de Novembro de 2006 e faz parte dos 18 bancos comerciais que integram o sistema financeiro nacional, a excepção do Banco de Desenvolvimento Africano (BDA).

5.4 Kilamba Kiaxi realiza campanha de registo para crianças

Angop...10-10-07

O Centro de Julgado de Menores, localizado no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, leva a cabo, desde o mês de Setembro, uma campanha de registo de crianças abandonadas, perdidas, órfãs e rejeitadas, fez saber hoje à Angop o director da instituição, Januário António.

A fonte disse que os petizes, dos zero aos cinco anos de idade, estão a ser registados em nome das mães titulares, mulheres que se mostraram disponíveis em adoptar uma criança. Muitas destas mães titulares foram sensibilizadas a acolher e adoptar as crianças abandonadas e rejeitadas, órfãs e perdidas, depois de vários encontros de sensibilização com as comunidades e igrejas situadas na localidade.

Segundo o responsável, a campanha tem como objectivo dar uma identidade a essas crianças, por forma a melhorar o atendimento no projecto de abastecimento alimentar (Leite e Papas) desenvolvido pela secção municipal da Assistência e Reinserção Social (Minars).

Acrescentou que para a realização desta actividade o centro de julgado de menores conta com o apoio do Minars local, administração municipal e da quarta conservatória de registo civil, esta última instituição

afecta ao município do Sambizanga. A campanha iniciada em Setembro vai prolongar-se até ao próximo mês de Novembro. Por outro lado, Januário António disse que no terceiro semestre do corrente ano o julgado de menores registou nove casos com destaque para os maus tratos físicos, abandono familiar e crianças perdidas, menos um ao igual período anterior. Disse ainda que até ao final do ano o centro vai continuar a desenvolver acções de sensibilização para desencorajar os abusos contra os petizes. O município do Kilamba Kaixi é composto por seis comunas, nomeadamente Palanca, Golf, Vila do Estoril, Havemos de Voltar, Camama e Neves Bendinha, com uma população estimada em cerca de um milhão de habitantes.

5.5 Malanje: Fundo Lwini entrega 100 caixas de livros infantis à Província

Angop..13-10-07

Cem caixas contendo mil 500 exemplares de várias literaturas infantis de escritores angolanos, foram entregues hoje no sector de Quissaco, 22 quilómetros a sudoeste de Malanje, à direcção provincial de educação, cultura e ciência e tecnologia, pelo Fundo de Solidariedade Social (Lwini) no quadro de lançamento do projecto de biblioteca escolar. Dos materiais literários infantis ora entregues, destacam-se livros dos escritórios angolanos Gabriela Antunes, Etaviano Correia, Rosalina Pombal, Maria João, Zaida Dáskalos, Maria Celestina Fernandes, Maria Eugénia Neto, Cremilda de Lina, Lito Silva, Daio de Melo, Ondjaki, Arnaldo Santos e António Jacinto. A coordenadora do Fundo Lwini, Joana Lina, ao proceder a entrega dos materiais literários, afirmou que o gesto é uma mais valia no processo de solidariedade que a organização "Lwini" tem vindo a desenvolver com vista a cobertura em todas instituições escolares do País com mil 800 bibliotecas para as escolas primárias.

A responsável precisou que, a intenção da organização visa incentivar as crianças estudantes ao hábito de leitura e fazer dos manuais o amigo dos tempos livres, facilitando deste modo a rápida assimilação das matérias em vários domínios do saber. Por seu turno a directora provincial de educação, cultura, ciência e tecnologia, Sofia André Lobo Gil, considerou importante o gesto da organização do Fundo Lwini, sobretudo pelas crianças do primeiro nível, tendo em vista a preocupação dos docentes com relação à aprendizagem rápida da leitura e da escrita. A directora referiu por outro lado que as literaturas,

para além de auxiliar as crianças no hábito de ler, vão ajudar igualmente e saberem muitos conhecimentos sobre a história dos animais, plantas e seres humanos assim descritos nos livros. Na ocasião, os petizes, numa mensagem dirigida à organização "Lwini", louvaram o gesto e pediram às demais Ong's e pessoas de boa fé, a contribuir com a mesma experiência no sentido de satisfazer as necessidade do sector educacional no País.

5.6 Campus Universitário recebe primeiros estudantes em 2008

Jornal de Angola...22-10-07

Cinco mil e 100 estudantes da Universidade Agostinho Neto (UAN) vão frequentar as aulas no próximo ano lectivo nas instalações do Campus Universitário, em função da conclusão da primeira fase do projecto, previsto para Maio de 2008. A informação foi avançada pela directora do projecto, Maria Manuela Ferraz. Acrescentou que estes estudantes, todos eles provenientes de estruturas da UAN existentes, frequentarão aulas nos departamentos de Informática, Física, Química e Matemática. Em declarações à Angop, Maria Manuela Ferraz garantiu que está já assegurada a questão dos equipamentos e outros meios inerentes ao processo de aprendizagem, tais como a instalação dos computadores e máquinas para os laboratórios. "Este primeiro grupo de alunos constitui um terço da capacidade inicialmente prevista para o Campus, que deverá albergar um total de 17 mil e 500 estudantes, após a conclusão de todas as estruturas" - disse a arquitecta.

Maria Manuela Ferraz fez saber que nesta altura estão a ser feitos os acabamentos nas áreas de revestimento dos pisos, coberturas e paredes em alumínio, impermeabilização e isolamento térmico nos edifícios, montagem de divisórias, tectos suspensos, janelas, portas e telas. A cargo da empreiteira China Jiangsu Internacional, os trabalhos finais da primeira fase incluem a montagem de painéis de protecção para a radiação solar, ladrilhos cerâmicos e placas rígidas para pisos, pintura e acabamento transparente em superfície. Salientou que as quatro estruturas serão compostas por dois a três prédios de dois a três andares, interligados por uma ponte. Esta etapa inicial da empreitada reserva, além da execução das fundações e estruturas dessas quatro faculdades, a construção de igual número de bibliotecas, parques de estacionamento, residência para cinco mil e 100 alunos, restaurante, entre outras áreas de apoio.

Segundo ainda a directora do projecto, a segunda fase da implementação do Campus Universitário da Universidade Agostinho Neto arranca em Janeiro do próximo ano com a construção das sedes da reitoria e da União dos Estudantes, com um período de execução que vai de 18 a 24 meses. O novo Campus Universitário é um projecto do Governo angolano criado em 2002 com o objectivo de reforçar o ensino superior no país. O mesmo situa-se na zona do Golfe II, no município do Kilamba Kiaxi (Luanda) e deverá ocupar uma área de dois mil hectares. Depois de concluído, vai albergar nove faculdades, nomeadamente de Arquitectura e Belas Artes, Ciências da Educação, Direito, Ciências Médicas, Petróleos, Matemática, Física, Química e Informática e as respectivas estruturas de apoio. Estiveram envolvidos na concepção do projecto os Ministérios da Educação e o das Obras Públicas, o Secretariado do Conselho de Ministros, o Governo da Província de Luanda e a reitoria da Universidade Agostinho Neto. As obras estão a ser executadas pelas empreiteiras Soares da Costa, Grinaker, China Jianguo Internacional e Somague

5.7 Mais 206 novas salas de aulas em 2008

Angop...25-10-07

Luanda vai contar, no próximo ano lectivo, com 206 novas salas de aulas, já em fase de acabamento em diversos municípios da cidade capital, anunciou hoje, quinta-feira, à Angop o director provincial da Educação, André Soma.

Desse número de salas de aulas, 88 são para o ensino primário, 52 para o primeiro ciclo e 66 para o segundo ciclo (médio), o que vai permitir o ingresso de 21 mil e 600 novos alunos.

As salas constam em três Institutos Médios, nomeadamente um de Gestão e dois Politécnicos, respectivamente nos municípios do Kilamba Kiaxi e de Viana. As restantes, do ensino primário e primeiro ciclo, situam-se no Cazenga, Cacucaco, Maianga e Samba.

O responsável não adiantou o montante empregue na construção destas instituições de ensino, mas revelou ter sido um investimento do Estado angolano e dos Governos do Japão e da China.

A Direcção provincial da Educação vai igualmente admitir mais de 300 novos professores.

Neste momento, a província de Luanda conta com mais de quatro mil e 500 turmas em 530 escolas do ensino geral e médios, onde estão matriculados 746 mil e 36 estudantes do ensino público e 151 mil e 907 em

instituições privadas, nos ensino primário, primeiro ciclo e médio.

Por outro lado, o director provincial da Educação, André Soma, ressaltou que o projecto de entrega gratuita de merenda escolar nas escolas do primeiro ciclo, que beneficiaram mais de 50 mil alunos, incentivou a frequência das crianças a escola, o que se prevê um aproveitamento positivo no final do presente ano lectivo.

Em relação aos subsídios atribuídos ao corpo docente, garantiu estar em curso, e não existem problemas.

Fazem parte da província de Luanda, os municípios da Ingombota, Samba, Sambizanga, Maianga, Kilamba Kiaxi, Cazenga, Rangal, Cacucaco e Viana.

5.8 Pastoreio do gado tira crianças da escola

Jornal de Angola...31-10-07

Mais de 120 quilómetros foram percorridos, na manhã de uma terça-feira, para atingirmos o município do Virei, na província do Namibe, mas ainda só estávamos no desvio para Caraculo. O estômago apertava porque o pequeno almoço fora programado para aquela zona, e, afinal, a distância ainda era enorme.

Percorrer o deserto do Namibe para se chegar ao Virei é fascinante. Quando chegámos ao destino, os mucubais entoavam canções e exibiam as danças locais, iovanene e tchicombi, para saudarem os visitantes.

O processo de registo eleitoral anotou, no Virei, sete mil eleitores, entre os 25 mil habitantes da região. No princípio, contaram-nos, o processo de registo foi um tanto difícil porque os mucubais com idade eleitoral preferiam ir pastar o gado do que aderir ao processo. Programas de sensibilização foram executados e surtiram os efeitos desejados. As autoridades do Estado foram aglomerando os mucubais em locais definidos, diariamente, e as viaturas faziam o transporte deles para os postos de registo eleitoral. Noutras situações, mesmo com trabalhos de sensibilização, as brigadas tiveram de se deslocar aos locais de pastagem.

Em relação ao ensino, o quadro não difere muito. Os pais mucubais preferem enviar os filhos ao pasto, ao invés de os incentivar a estudar. Desde que o filho do soba do Virei passou a frequentar a escola, a mentalidade de muitos mucubais das etnias kuvali e cuissis mudou consideravelmente. No Virei não faltam salas de aula para aprendizagem, mas há crianças fora do sistema normal de ensino. A explicação obtida de um cruzamento de fontes oficial e oficiosa é que os tutores, regra geral, incentivam os petizes à prática da cultura de pastagem de gado.

Duas escolas na sede do Virei, com três salas de aula, adicionando a outras 12 salas para o ensino primário,

com professores suficientes, também complementam o quadro educacional. O município continua a precisar de quadros para desenvolver o seu tecido sócio-económico nos mais variados aspectos.

Por esta razão, a construção de casas, para os técnicos que vão assegurar o normal funcionamento do aparelho do Estado, é um processo contínuo. Os quadros que labutam no Virei conseguiram alcançar tal desiderato por intermédio de concursos públicos, com incidência para os sectores da Educação e Saúde.

Para acomodar futuros quadros, estão em construção dez residências, estando outras quatro sem data de início de obras. Há poucos anos foram erguidas 28 moradias, que foram distribuídas a alguns quadros a título vinculativo.

O projecto para construção do novo hospital, com capacidade para sessenta camas, ainda não saiu do papel, mas, enquanto se aguarda pela sua execução, está em funcionamento pleno um centro de saúde que, após erguido o hospital, será transformado em internato.

No hospital do Virei realizam-se, em média, três partos por dia. Poucos eram os doentes que se encontravam internados, comparativamente ao número de camas existentes, quando os jornalistas visitaram o local.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Projecto habitacional Uniprev desaponta clientes

Agora...06-10-07

Um clima de insatisfação se instalou entre a direcção da cooperativa habitacional Uniprev e os sócios que há mais de dois anos estão à espera que lhes sejam entregues as suas residências, na comuna do Camama.

O projecto, totalmente concebido por angolanos, tinha mais de 500 pessoas inscritas que periodicamente pagavam as suas quotas na esperança de estarem habilitadas a uma das mil residências que seriam edificadas pela cooperativa num período de um ano. Alexandre da Cruz, de 50 anos, é um dos sócios do projecto que, devido ao atraso que a empresa está a levar para arrancar com as obras de construção das residências, solicitou que lhe fizessem a devolução de uma parte significativa do dinheiro que pagou por uma das moradias. Mas, a mesma eficiência que Alexandre Cruz usou para pagar os 53 mil dólares por uma das casas de média renda, constituída por dois quartos, uma suite, salas de jantar e de estar, casa de banho, cozinha e um quintal espaçoso, não está a sentir no momento em que este solicitou a devolução de 36 mil dólares.

A história do nosso interlocutor começou há três anos atrás, quando decidiu vender o apartamento que tinha num dos edifícios que estão localizados no Zé Pirão para comprar uma residência maior, onde pudesse viver com toda a sua família. Depois de fazer uma sondagem entre os condomínios que estão a ser construídos algures em Luanda, Alexandre Cruz diz que encontrou mais confiança na Uniprev que, por sinal, era a única cooperativa que tinha à disposição algumas residências que estavam ao nível dos seus gostos e com a venda do imóvel, dava para pagar e alugar temporariamente outra moradia:

De acordo com Alexandre Cruz, que correu aflito para as instalações do AGORA, neste momento a direcção da cooperativa tem apenas um terreno que não sofreu nenhuma alteração e onde ainda se regista a presença de alguns camponeses que não querem abandonar as suas lavras. (...)

Em entrevista ao AGORA, José Manuel, presidente executivo da Uniprev disse que neste momento a empresa já devolveu 2.496.801 dólares a cerca de 273 sócios e os restantes receberão dentro de aproximadamente 15 dias.

Quanto ao atraso registado para se fazer a restituição do dinheiro, o que está a constituir uma violação ao

contrato estabelecido entre ambas as partes pelo facto de no mesmo estar espelhado que o reembolso deverá ser efectuado 20 dias após a solicitação, o presidente da Uniprev explicou que se está a registar porque a empresa gastou metade do dinheiro para adquirir os terrenos, tratar os títulos de propriedade, plano director, licença de construção e na elaboração dos projectos de arquitectura das casas.

"Quando concebemos o projecto pensamos que as coisas seriam fáceis, mas a realidade está a mostrar o contrário e nós estamos a fazer tudo para ultrapassar todas as dificuldades. Tanto é assim que já conseguimos o financiamento e as obras arrancarão dentro de 45 dias", explicou. Na esperança de atingir a meta estabelecida pela empresa, que é construir casas económicas que não serão comercializadas a um preço proibitivo, a Uniprev contratou uma empreiteira estrangeira que poderá construir mais de 500 residências por ano. "Já indemnizamos os camponeses e todos os nossos sócios podem estar descansados, porque têm um terreno dentro do espaço onde serão erguidas as residências", frisou.

José Manuel disse ainda que todos os sócios que solicitaram o reembolso de metade do seu dinheiro manifestaram o desejo de continuarem filiados à instituição, sendo que neste momento existem apenas 28 pessoas a espera de metade dos seus valores, que andam à volta de dois milhões de dólares. Apesar de não conseguir avançar com exactidão o valor das residências, o presidente executivo da Uniprev disse que a cooperativa construirá casas cujos valores rondarão entre os 50 a 150 mil dólares e os modos de pagamento facilitarão os sócios.

O mais alto responsável da cooperativa, apelou aos sócios a terem calma porque se afigura um bom futuro para o projecto que dirige há três anos.

6.2 Contagem decrescente da eleições

Agora...06-10-07

Até mesmo em relação à população nacional há quem avance 14 milhões, depois sobe-se mais um milhão e ainda existe quem suba para 16 milhões.

Foi com estas variantes que se atingiu o número recorde de cerca de oito milhões no registo eleitoral, ficando por apurar qual seria a percentagem da afluência às urnas nas eleições legislativas de 2008. Há quem admita uma abstenção a rondar os 10 por cento, assim como existem cenários que aumentam sete pontos percentuais.

No entanto, esta semana veio a público um dado curioso: mais de nove milhões de angolanos vivem nas zonas urbanas. Nas rurais viverão outros cinco milhões

de cidadãos, mas os dados fornecidos pelo assessor do ministro do Urbanismo e Ambiente para a Habitação, Adérito Mohamed, não indicam qual a faixa etária abrangida por esta estimativa. Este pressuposto seria importante para aferir o número de cidadãos com 18 anos dotados de capacidade activa para votar no horizonte dos nove milhões que habitam as zonas urbanas e dos outros cinco no meio rural.

O caso de Luanda suscita igualmente diferentes interpretações. Algumas leituras apontam para uma fásquia de cinco milhões de habitantes, o que poderia equivaler a 30 por cento do potencial do eleitorado. E o partido que obtivesse a maioria absoluta na capital do país teria o caminho aberto para vencer as eleições, embora exista quem vaticine que o MPLA não atinja este objectivo.

No caso dos camaradas, nunca mais se voltou a falar nos alegados 300 milhões de dólares "escondidos" pela Sonangol para financiar as campanhas eleitorais do próximo ano e de 2009, neste caso as presidenciais.

Curiosamente este é o mesmo montante que se especulou nas eleições gerais de 1992, correndo na época versões segundo as quais linhas de crédito espanholas teriam servido para apoiar financeiramente a campanha eleitoral do MPLA, que teria sido uma das mais onerosas a nível de África, se bem que a da UNITA não tenha ficado nada barata.

6.3 GPL: Votos perdidos

Folha8...06-10-07

O Governo de Luanda tem vindo há muito tempo a medidas musculadas para resolver; ou melhor, erradicar o fenómeno ligado ao aparecimento de grande número de construções anárquicas em Luanda, que de resto têm vindo a fazer sentir os medida em consumado termos dias que correm muito menos problemas do que há uns dois o três atrás, pela diminuição continua e progressiva do número de prevaricadores. Mas o método empregue pelo GPL é que parece não ser o melhor a cair continuamente no mesmo erro, quer dizer, desalojar pessoas antes de encontrar moradias para as realojar. Por exemplo, o Folha 8 tomou conhecimento de que há uns 15 dias atrás se procedeu ao despejo de cerca de 200 pessoas no bairro do Kífica para lados de Benfica. Mas alojamentos para elas é que não havia, o que deu lugar a grande maka. Eram 200 pessoas em cólera, furiosas, tão furiosas que dali um que dá a ideia de queimar os cartões de eleitor, um segundo que segue, depois mais, e mais quatro, vêm de lá outros que aderem e no final de contas praticamente todas essas pessoas queimaram os seus cartões de eleitor. "Votar no MPLA?, nunca mais!

6.4 Huambo: Funcionários do sector agrário frequentam seminário sobre delimitação de terras

Angop...09-10-07

Mais de 10 funcionários do sector agrário e agricultores do município do Longonjo, (Huambo), participam desde segunda-feira, nesta localidade, num seminário sobre a delimitação de terras comunitárias, uma iniciativa do Governo provincial e do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A acção formativa será orientada pelo consultor da FAO, David Dumba e o e o técnico do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), Errai Caveia.

Está em debate temas como a utilização do Software Auto Cad, princípios de estatística agrária, bem como a introdução à análise de sistemas de formação geográfica.

Na cerimónia de abertura do seminário, a administradora do município do Longonjo, Beatriz Felipe ressaltou à importância do seminário, afirmando que vai contribuir para a delimitação e bom aproveitamento das terras na sua circunscrição.

6.5 Cabinda: Administrador desencoraja compra de terrenos de forma ilegal

Angop...12-10-07

O administrador municipal de Cabinda, Francisco Tando, aconselhou hoje os interessados em adquirir terrenos a requer a administração local, ao invés de recorrerem por vias informais. Em declarações à Angop, o responsável advertiu que a campanha de destruição de casas construídas ilegalmente no triângulo Cabassango/Terra Nova/Caio, periferia da cidade de Cabinda, iniciada em Setembro deste ano, vai continuar. Explicou que apesar das advertências das autoridades no momento da ocupação, a população continuou a erguer casas de forma anárquica ignorando que se trata de uma reserva do Estado no âmbito do programa urbanístico.

Os abrangidos alegam ter comprado os terrenos aos coordenadores, razão pela qual a administração municipal imputa a responsabilidade a essas autoridades tradicionais, ressaltou Francisco Tando. O administrador acrescentou que o governo reconhece determinados casos de herança familiar sobre a terra, sem prejuízo do princípio de que a terra em primeira instância pertence ao Estado. Com efeito, a administração municipal de Cabinda vem

mantendo encontros de esclarecimento com as autoridades tradicionais, líderes de opinião e outros representantes da sociedade civil, que passam ajudar o governo na sensibilização da população, asseverou.

6.6 Benguela: ordenamento do território analisado no Bocoio

Angop...12-10-07

Membros da administração municipal do Bocoio, província de Benguela, analisaram hoje, naquela localidade, a organização e ordenamento do território do município, a urbanização e a protecção do ambiente e saneamento básico. Durante o encontro orientado pelo administrador municipal, António Saraiva, os participantes abordaram igualmente a reforma administrativa e questões relacionadas com a actividade política, económica, social e cultural local. Acções desenvolvidas nos sectores da saúde, educação, habitação e urbanismo, agricultura, energia e Águas, obras públicas, o nível de organização e funcionamento da escola do ensino médio foram outros assuntos debatidos na reunião.

6.7 Uma vítima dentre os muitos despejados das moradias do Estado

Semanario Angolense...13-10-07

A história de Maria de Fátima Mugimbo confunde-se com a de milhares de outros angolanos que tinham contratos de arrendamento com a extinta Secretária de Estado da Habitação ou até já tinham «adquirido» as moradias ao Estado e viram-se, de um momento para o outro, despejados delas a favor dos seus antigos proprietários.

Esta cidadã angolana ocupou, em 1975, a vivenda nº 91/93, na rua dos Sertanejos, ao bairro Prenda, onde viveu, ao longo de várias décadas, até ser, a 6 de Novembro de 2004, «varrida» pelo seu antigo proprietário, um cidadão português.

Tudo aconteceu na manhã desse dia, quando homens fardados de azulescuro e de armas aperradas ordenaram que Fátima abandonasse a referida vivenda. Nessa acção, os agentes policiais faziam-se acompanhar de funcionários judiciais e estavam munidos de uma ordem de despejo compulsivo emitida pela Câmara do Cível e Administrativo do Tribunal Supremo.

Impotente, a desprotegida cidadã não teve outra saída senão deixar a casa, na companhia dos seus seis filhos, alguns dos quais menores de idade, à data dos factos.

O 6 de Novembro, curiosamente o mês da proclamação da independência nacional, ficou,

certamente, registado na memória de Fátima como sendo um dos dias mais aziagos na sua vida, visto que, até àquela data, ela acreditou, ingenuamente, que a casa que ocupava no Prenda constituía um «direito adquirido» conquistado à custa da independência e da soberania.

Nem em sonhos, ela admitiu alguma vez a possibilidade de um dia perder a casa, pior ainda, a favor do antigo proprietário.

Durante anos a fio alimentou a convicção de que os representantes do novo poder instituído jamais se vergariam aos interesses do capital estrangeiro, sobretudo aos dos antigos colonizadores portugueses, cujos bens patrimoniais tinham sido confiscados ou nacionalizados ao abrigo da lei nº 43/76, de 19 de Junho.

Até à consumação do despejo, confiou cegamente que a Lei nº 7/95, da Assembleia Nacional, que considerava como «válidas e irreversíveis as nacionalizações e confiscos feitos ao abrigo da Lei Nº 43/76» tinha alguma utilidade ou eficácia jurídica ... Debalde!

Mas, o compulsivo despejo feito à conta de uma polémica sentença ditada pelo Tribunal Supremo despertou-a para uma triste realidade. A ordem caiu-lhe como fel num «copo de mel», visto que a sentença judicial reconhecia o «direito de propriedade sobre o imóvel» ao cidadão português Bernardo Furtado da Silva. Este, à semelhança de muitos outros colonos, tinha abalado do país, por altura da independência.

O acórdão subscrito pelos juizes do «Supremo» Belchior Samuco e Tobias Epalanga, a 23 de Março de 2001, além do despejo, obrigava ainda a Fátima a indemnizar o «desado», ou seja, o cidadão português numa quantia a ser «liquidadada em montante a apurar-se (...) em execução de sentença».

O «caso julgado» pelo tribunal de maior hierarquia na pirâmide judicial angolana era o culminar de uma «guerra» iniciada em 1992, quando Bernardo da Silva, depois de uma prolongada e injustificada ausência do país, deu, pela primeira vez, o rosto e manifestou o interesse de reaver a «sua» moradia. Fátima Mugimbo começou, primeiro, por receber a visita algo inamistosa do cidadão luso que, na altura, a «convidou» a abandonar pacificamente a casa.

Maior susto ganhou-o, quando, volvidas algumas semanas, recebeu uma nota da antiga Secretaria de Estado da Habitação, na qual este organismo dava conta da suspensão do contrato de arrendamento que ela havia subscrito com o organismo encarregado de gerir o património habitacional do Estado. Um contrato que, curiosamente, já durava década e meia. A propósito desse episódio, fontes familiares ao dossier dizem que o jurista Gabriel Kaumba era, na altura, o director do gabinete jurídico da «Habitação»; um homem que é acusado de ter praticado uma série de

actos de corrupção e atropelos à lei, cujos processos estarão ainda a ser tramitados nas barras dos tribunais. Ante a recusa da cidadã angolana abandonar o imóvel, o cidadão português dava início, pouco tempo depois, a uma longa batalha judicial, intentando uma acção na Sala do Cível e Administrativo da 1ª Secção do Tribunal Provincial de Luanda, com o objectivo de reaver pela via da justiça os seus direitos, supostamente lesados. Aparentemente desesperado, Bernardo da Silva sem esperar por uma decisão do tribunal decidiu, em 1997, vender à moradia em disputa a Mário Pedro António.

O acto de alienação desse património à revelia da justiça terá levado o Tribunal Provincial de Luanda a decidir, a 6 de Setembro de 1999, a favor da cidadã angolana, reconhecendo o direito desta permanecer no imóvel.

Mas, o pior estava para vir. O ganho de Fátima não passou de uma vitória de Piro, uma vez que o inconformado cidadão luso recorreu, pouco tempo depois, ao «Supremo», tendo, curiosamente, vindo a ganhar a causa.

Foi, a bem dizer, o culminar de um longo processo da (in) justiça à moda angolana, que nessa acção contou, muito provavelmente, com a parcialidade de pessoas bens posicionadas nos círculos forenses que, uma vez mais, terão feito tábua rasa às leis do confisco e das nacionalizações e decidido a favor de interesses estranhos.

6.8 Construtoras portuguesas continuam a sujar praia da chicala

Agora...20-10-07

Na edição passada número 546, publicámos uma matéria que dava conta de práticas de degradação ambiental na praia da Chicala, provocadas por empresas de construção civil maioritariamente de origem portuguesa.

No mesmo texto, salientávamos também os riscos a que estavam expostas as pessoas que aí vivem. Funcionários da Hidroportos, empresa que está a efectuar obras de protecção costeira da área, também aproveitaram a oportunidade para falar sobre as dificuldades que atravessam por causa do lixo ali depositado. Com a matéria publicada pensouse que as autoridades meteriam ordem no circo. Mas para a insatisfação dos moradores, técnicos da Hidroportos, ecologistas e outras pessoas que frequentam a área, e não só, o descabro ambiental continua. Nem o facto de a denúncia ser publicada na mesma semana em que o Presidente da República participava na 62ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em que a

preservação do meio ambiente foi um dos principais temas, influenciou o ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José, ou outras autoridades de direito, a se pronunciar sobre o assunto.

Enquanto as medidas de protecção ecológica não saem do papel, pelo menos neste caso, a Chicala continuará a servir de "aterro sanitário destas operadoras de construção civil". Pelo menos por agora e apesar das denúncias, não se sente a reacção do Ministério das Obras Públicas que, por essa razão, também ve de algum modo dificultada a sua obra no local. Diariamente, principalmente às noites, centenas de camiões basculantes despejam aí diversos tipos de resíduos derivados das obras de construção civil a cargo de construtoras nos diferentes pontos de Luanda. Teixeira Duarte, Soares da Costa, Motaengil, Abrantina e a Emsa são as mais visíveis empresas envolvidas neste escândalo ecológico. As frmas acusadas têm já na área as suas máquinas do tipo escavadoras para empurrar os entulhos para o mar. Praticamente em toda a área costeira que reportamos, já não se nota a presença da areia branca e a água do mar está amarelada por causa da acção que denunciámos.

A primeira vez que reportámos o assunto, já os funcionários da Hidroportos questionavam-se se tal prática estava autorizada. Mas nem para o sim ou o não o Governo veio a público responder a questão.

6.9 Anarquia ganha terreno

Folha...20-10-07

As populações continuam legadas ao abandono de tal aneira que põem e dispõem quando querem. A situação explica-se pelo alastramento da anarquia em que vivem, geradora, muitas vezes, de males perniciosos à convivência dos munícipes.

Um País com as ruas e estradas esburacadas, como é o caso de Angola, tanto não pode almejar trânsito ordeiro e, conseqüentemente, ficar livre de frequentes acidentes de viação, como não pode, por outro lado, dar uma ideia de urbanização às populações que nele habitam.

A arbitrariedade registada na condução dos veículos em ruas e estradas em avançado estado de degradação, visíveis em todo o espaço nacional, é pois consequência da desordem motivada pelo desinteresse de quem de direito de evitar que as vias de comunicação se deteriorem ao ponto em que se encontram.

A substituição dos representantes da administração territorial, falhas de visão organizativa e da mais elementar noção pedagógica da governação, seria a medida oportuna a ser tomada pelos que têm tal poder. O País tem pessoas capazes até mesmo no universo incontroado de desempregados com formação.

Ao contrário, vai dar-se razão aos que culpam o Governo de nada estar a fazer para o bem-estar das populações que, a continuarem a sofrer como tem estado a acontecer, manter-se-ão incapazes de ajudar a governação na reconstrução do país e, o pior apresentar-se-ão como verdadeiros destruidores dos poucos bens realizáveis. Enquanto as ruas e estradas de Angola, por exemplo, continuarem maltratadas como estão, as consequências nefastas do seu péssimo estado continuarão a anular a piada e a validade de se construírem arranha-céus na baixa de Luanda ou em quaisquer outras cidades do país. É caso para dizer que autarquias locais e suas respectivas autoridades competentes para o desempenho das funções administrativas afins, precisam-se urgentemente.

Consequências da improvisação urbanística

A falta de legislação para o controlo de consumo de álcool em Angola, agravada pelo encorajamento que as autoridades em vigor não escondem ao fomento do alcoolismo descontrolado, é em boa parte responsável pelo crescimento imparável do número de acidentes de viação registados nos quatro cantos de Angola. (...)

Como é que depois de se asfaltar uma estrada, não se previnem os perigos susceptíveis de advirem ela reparação das mesmas? Questionam-se os moradores do bairro que ficam sem saber se a culpa é dos construtores ou dos governantes o facto é que se ignorou os riscos e a prevenção dos acidentes. Não foram colocadas, por exemplo, em determinados pontos do troço quebra-molas.

Como é que os populares são capazes de sugerir que logo que terminou o alcatroamento da rodovia devia ter-se acautelado sinais de trânsito para a limitação da velocidade dos veículos que por ali transitam e quem de direito foi incapaz de esticar o raciocínio até onde, facilmente, o cidadão comum pode chegar; é questão que coloca sob pena do desleixo de a autoridade especializada ter causado vítimas mortais. Até que ponto a população da área e transeuntes dizem que a maratona, que funciona ali mesmo na já chamada curva da morte, contribui para o aumento dos acidentes porque é dali que os atropeladores dos sinistrados saem ébrios para em seguida darem cabo de vidas humanas e ao invés do que seria normal os não tiveram em conta do seu macabro subsídio à insegurança dos peões, não se sabe, o que se sabe por ser dado adquirido é que desde que a Maratona se implantou ali e, simultaneamente, a estrada ficou pronta, passou haver acidentes que tiram sono aos moradores desde a algum tempo para cá. Entraram em pânico receosos da eventualidade de poderem vir a ser as próximas vítimas da curva da morte no Grafanil Bar. De salientar que os cidadãos que residem nas cercanias da referida curva vão já dizendo que era melhor continuar com as estradas esburacadas "para se evitarem acidentes de viação". A

sério e a brincar, os moradores em causa também vão dizendo "Oxalá não se lembrem de asfaltar outras ruas da zona".

6.10 Venda de terreno traz makas no «BêO»

Semanario Angolense...20-10-07

A venda ilegal de parte de um terreno no Bairro Operário por um suposto falsário identificado apenas por Augusto está na base de um litígio entre a família de Alberto William Henrique, juiz do Tribunal Supremo, que reclama a posse legítima do todo, por sucessão, e Paulina Marcos Amador da Silva, a cidadã que terá caído num «conto de vigário», tendo para tal despedindo cerca de seis mil dólares.

A cidadã reclama os direitos que julga adquiridos, cobrando uma indemnização choruda ou a atribuição de uma casa, enquanto Alberto William Henrique se diz disposto a compensá-la com apenas 12 mil dólares, à semelhança do que aconteceu com outros antigos ocupantes do resto do terreno.

O cidadão que fez a venda pôs-se ao fresco tão logo pegou na «massa», deixando a maka com a sua cliente.

A história remonta há seis anos, quando a cidadã Paulina Marcos Amador da Silva, que residia no bairro do Hoji-ya-Henda, com os seus seis filhos menores, numa casa arrendada, tomou conhecimento, através de uma pessoa amiga, e por já estar saturada de pagar rendas a um senhorio «insaciável», decidiu adquirir um terreno no Bairro Operário, a um tal senhor Augusto, que se apresentou como proprietário do terreno.

«Aceitei porque na altura ele se fez acompanhar de algumas testemunhas que o atestavam como verdadeiro proprietário», conta ela ao Semanário Angolense, onde veio denunciar a suposta injustiça de que estaria a ser vítima

Depois de ter desembolsado seis mil dólares, Dona Paulina começa então a colocar no «seu» terreno material de construção para dar início à obra.

«Sou surpreendida semanas depois por um senhor que se apresentou como juiz do Tribunal Supremo e que afirmou ser o verdadeiro proprietário do terreno, que tinha herdado, juntamente com os seus irmãos, da falecida mãe, e que eu deveria suspender imediatamente as obras», prossegue.(...)

«O senhor William mandou demolir a nossa casa, com todas as coisas lá dentro e mandou prender os meus cinco filhos, que neste momento (terça-feira desta semana) se encontram na 9ª esquadra. Só quero que se faça justiça», lamenta, a finaliza, sem dizer precisamente o que quer.

A VERSÃO DE HENRIQUE

Contactado pelo Semanário Angolense, o juiz Alberto

William Henriques lamenta que as coisas tenham chegado ao ponto que chegaram, uma vez que desde o princípio que se mostrou disponível em pagar à «Dona Paulina» tudo quanto havia gasto.

Eis a sua explicação: «Os meus falecidos pais são os proprietários daquele terreno, no Bairro Operário, onde eu e os meus irmãos fomos criados, e onde fiz a minha formação profissional, e de onde só saí quando me casei. Os meus três irmãos ficaram lá a residir, mais algumas pessoas que a minha mãe foi metendo. A todos dei dinheiro e alguns até comprei casa. Não sou rico, mas, graça aos dinheiros que fui recebendo dos parceiros que ficarão com o terreno, pude dar a todas àquelas pessoas dinheiro e até casas a algumas».

«A senhora Pau/ina foi enganada sim, mas não por mim. Ela comprou uma parcela do nosso terreno nas mãos de um indivíduo que nada tinha a ver connosco. Este senhor, o Augusto, era motorista de uma senhora a quem um dos meus irmãos havia vendido uma parcela do nosso terreno, mas o negócio teve de ser abortado porque alertei-a de que o terreno era herança de família e não estava à venda», prossegue.

Assim como fez com as doze pessoas que residiam no quintalão, Alberto William Henrique afirma ter a intenção de dar os doze mil e 700 dólares a Paulina da Silva, como haviam combinado.

«Nunca disse que não lhe iria pagar. Já paguei às outras pessoas que residiam no quintal, a umas até comprei casa, a outras dei dinheiro líquido, que fui recebendo dos meus parceiros, pessoas estas que estão à espera que eu resolva o problema do terreno. Se calhar a dona Paulina, como viu que o terreno estava vazio, pensou que eu não lhe iria pagar, mas não é esta a minha intenção, apesar de também não ser minha obrigação», explica o juiz.

Ainda, segundo ele, o caso só chegou onde chegou, porque a uma dada altura, a senhora Paulina da Silva mandou os seus filhos levarem adiante a construção de uma moradia em terreno que não lhe pertencia, ao mesmo tempo que exigia uma casa no valor de duzentos mil dólares e cinquenta mil em mão.

«Esta senhora, como achou que tiraria mais lucro me chantageando, porque sou juiz do Tribunal Supremo e por isso devo estar cheio de dólares, começou a vir com exigências. Já queria que eu lhe comprasse uma casa avaliada em duzentos mil dólares e lhe desse em mão cinquenta mil dólares. Eu sou um juiz e não posso aceitar chantagem de quem quer que seja. Por isso arranjei uns tractores e com autorização da polícia, que até estava presente, mandei derrubar a casa», disse.

Alberto William Henrique disse ainda a terminar que Paulina da Silva lhe tinha ligado na quarta-feira a solicitar um encontro para chegarem a consenso, como quem diz, a uma solução justa e razoável para o conflito.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Huambo: População privada de água potável há mais de um ano

Angolense...06-10-07

Muitos dos populares na Província do Huambo já foram parar ao hospital devido ao uso de água inapropriada. Há um ano que grande parte dos moradores usa poços para extrair o líquido precioso. Paulo Cassoma, Governador da província, promete dias melhores e garante que a situação será resolvida em breve.

Diante da oportunidade de falar sobre a situação na província, os moradores viraram as baterias para a falta de água potável. "O nosso maior problema é a falta de água", explicou João Diogo, para quem a situação facilitou o surgimento de um surto de cólera, que afectou três dos seus filhos.

"Naquela altura sofri muito, corri várias vezes para o hospital para salvar as crianças, mas não adiantava grande coisa porque a água que bebíamos saía do meu poço e não estava em boas condições", realçou.

Como resultado, João perdeu um filho. Já Dina, que tem optado pelo abastecimento via cisternas, disse que para adquirir o líquido têm sido uma grande luta.

Depois de ter ouvido os populares colocamos a preocupação ao Governador. Paulo Cassoma reconheceu as dificuldades no acesso há água potável, mas garantiu que o seu pelouro tem feito distribuição regular e gratuita do precioso líquido.

Para o responsável, os problemas de saúde surgiram porque muitos insistem em usar a água dos poços. Para acalmar os populares, garantiu que até Outubro deste ano a situação estará resolvida.

O governante local referiu também que a cidade está melhor se comparada aos anos idos "A estrada está em boas condições e melhoramos a rede de iluminação", disse.

Pernoitamos no Huambo naquela noite e saímos na manhã seguinte rumo ao Bié, um percurso que deveria ser feito em cerca de quatro horas, mas que durou seis horas devido o mau estado da via.

7.2 Estação das chuvas e o martírio dos sem caros

Folha8...06-10-07

Mal orvalhou em Luanda, começou o maltratar dos sem carro da capital. Foi o que se constatou no começo da semana laboral finda, mais, precisamente, na Segunda-

Feira 1 de Outubro de 2007, dia em que a exemplo da Última estação chuvosa, milhares de estudantes e trabalhadores da capital do País marcharam a pé rumo às escolas e seus respectivos locais de trabalho.

Diante do cenário que se vislumbra, interrogações não se fazem esperar quanto ao futuro imediato dos cidadãos luandenses em vias de enfrentarem mais uma calamitosa situação. As colunas de gente que já caminha a pé boa parte dos quilómetros, que separam as suas zonas residenciais nos arrabaldes do casco urbano da capital por fazerem lembrar o martírio de 2006, sugerem desde já que se aumente a frota automóvel dos transportes colectivos de Luanda a não ser que se queira uma vez mais ver gente a dizer mal da sorte de pertencerem ao universo dos mais pobres do país. Enquanto transportes colectivos não surgem que minimizem o sacrilégio dos populares que dia a dia ressentem mais do que ninguém a ausência destes nas caminhadas longas; que têm de efectuar de casa para o trabalho e viceversa, os estudantes de casa à escola e desta para a casa, os cidadãos continuarão entregues à bicharada ou convenhamos ao oportunismo dos taxistas que se aproveitam das estações das chuvas para sugarem das algibe iras dos cidadãos de mais modesta condição social grande parte do pouco que auferem ou conseguem nas suas lides.

Nada se pode esperar da governação desta vez que não seja a imposição aos responsáveis por proporcionar mobilidade meios de transportação das populações o aumento do número.

Fezada dos meliantes

Quem se aproveita dos cidadãos que pela escassez de transportes tem de fazer o percurso a pé, são os meliantes que fora dos grandes aglomerados que as paragens ostentam por ocasião da escassez de transportes acham presa fácil os transeuntes. Numa altura em que se impõe reclamar transportes colectivos para Luanda porque a recém-chegada estação das chuvas se torna infernal, caso tal não se verifique importa lembrar que os transportes de que a capital necessita têm de ser urbanos. Os que circulam por Luanda, diz-se em abono da verdade que de urbanos só têm o nome. Pela forma como são superlotados, os transportes que passam pela designação.

7.3 GPL adopta plano para minimizar consequência das próximas chuvas

Angop...09-10-07

O Governo da Província de Luanda (GPL) aprovou hoje o seu plano de contingência, que visa prevenir acidentes, salvar vidas e apoiar a população que venha, eventualmente, a ser afectada na próxima época

chuvosa.

A estratégia foi aprovada durante a reunião ordinária presidida pelo governador de Luanda, Job Castelo Capapinha, que entre outras questões balanceou as consequências das enxurradas passadas na capital, que desalojaram sete mil 737 pessoas e forçaram gastos de 390 milhões de Kwanzas, no seu alojamento e assistência em onze centros de acolhimento. Segundo o porta-voz do encontro, Ladislau Silva, o plano de contingência visa minimizar ao máximo as consequências das enxurradas, como mortes, danos patrimoniais, problemas endémicos, danificação das vias, e a conseqüente implicação na circulação de pessoas e bens, bem como a degradação do nível de vida dos cidadãos, devido a deslizamento de terras e inundações.

Para Ladislau Silva, as populações residentes em zonas de risco, como nas proximidades das valas de drenagem, encostas dos morros e cursos naturais das águas, devem se mudar voluntariamente para as zonas mais seguras para evitar mortes.

Informou que numa primeira fase serão mapeadas as áreas de risco, estabelecer vias alternativas e criadas condições para transferir famílias sinistradas ou em perigo eminente para áreas mais seguras. A fonte afirmou que o programa não prevê a atribuição de residências a famílias que vivam em zonas de risco e cujas casas forem, eventualmente, destruídas pelas torrentes, mas terrenos em áreas mais seguras do município de Cacuaco.

O plano de contingência prevê abastecimento básico em alimentos, água potável, criação de condições para o ensino primário, limpeza e higienização, controlo de vectores, pragas e hospedeiros no centros de acolhimento.

Estão ainda previstas acções para evitar o agravamento da situação na época chuvosa, o melhoramento do sistema de saneamento básico, limpeza e desassoreamento de valas de drenagem, requalificação de espaços degradados e unidades sanitárias de baixa renda, desobstrução de vias e potenciação dos serviços de protecção civil, como bombeiros e agentes comunitários.

7.4 Ministro da Saúde considera estável situação sanitária da província

Angop...12-10-07

O ministro da Saúde, Anastácio Ruben Sicato, considerou hoje, sexta-feira, em Mbanza Congo, de estável a situação sanitária da província do Zaire, apesar das dificuldades que o sector ainda enfrenta consubstanciadas na escassez do pessoal técnico e de

infra-estruturas sanitárias em algumas localidades. O ministro fez esta avaliação à imprensa, a saída de um encontro que manteve com os funcionários do sector da saúde na região, no quadro da visita de 72 horas que desde quinta-feira efectua ao Zaire. “Valeu a pena termos vindo a província do Zaire, onde conseguimos perceber melhor em que estado se encontra a situação sanitária das populações desta região e esperamos também que as nossas principais mensagens tenham sido compreendidas, tanto a nível do governo local como a nível da direcção e dos técnicos da saúde”, sublinhou o ministro. Para Ruben Sicato, a província do Zaire em termos epidemiológicos não tem situações alarmantes a lamentar, pese embora existirem alguns focos de certas doenças que pairam em algumas localidades da região, como casos de diarreias, malária e tuberculose. O titular da pasta da saúde anunciou na ocasião o arranque, no próximo ano, das obras de ampliação do hospital provincial do Zaire, em Mbanza Congo, para melhor atendimento ao público. “Há compromissos concretos que o ministério acabou de fazer com o Governo da Província do Zaire. Fizemos uma visita a este hospital e constatamos que ele precisa de mais espaço, as enfermarias estão superlotas, não há espaço para serviços de urgência, por isso o Ministério da Saúde assumiu um compromisso de organizar um programa para ampliação desta unidade sanitária”, enfatizou. Para além da ampliação do hospital provincial, o ministro anunciou a transformação rápida, no próximo ano, da escola básica de enfermagem, numa escola técnico-profissional de saúde que vai permitir num lado formar quadros médios da saúde e, por outro, fazer especializações na área dos técnicos médios da saúde. Para Anastácio Sicato, um outro desafio que também será implementado pelo seu pelouro em parceria com o governo da província consistirá na reciclagem dos quadros da saúde, quer médios quer superiores especializados em diversas áreas de medicina para melhorar o seu nível técnico profissional. Momentos depois da sua chegada, o ministro procedeu a entrega ao hospital provincial do Zaire de uma ambulância e um lote de medicamentos diversos, para minimizar as dificuldades daquela unidade sanitária, que tem a capacidade de internamento de 97 camas.

7.5 Estragos das últimas chuvas ainda atormentam luandenses

A Capital...13-10-07

Hoje quem passa pela vila de Cacuaco não deixa de levar a mão à boca quando atravessa a ponte que liga o município ao resto da província de Luanda. O motivo é

único: o estado de total destruição em que ficou o Centro de Formação Pesqueira (Cefopesca) depois das enxurradas de Janeiro passado.

No espaço, antes ocupado por residências de professores e alguns alunos, resta apenas o soalho cimentado, e algumas árvores que resistiram a força das águas do mar, que no princípio do ano invadiram a zona. As águas destruíram toda a infra-estrutura pré-fabricada que ali existia no local, restando somente o edifício sede.

Pouco tempo depois das enxurradas, o A Capital visitou o local e retratou o grau da destruição. As imagens chocaram a opinião pública do país. Passados alguns meses destes acontecimentos, voltamos a visitar a área sinistrada. Constatamos na altura o abandono a que o Centro se encontra. Na nossa primeira visita, a realidade se cingia, nos populares afectados que tentavam a todo custo aproveitar os poucos pertences recuperados do grande lamaçal que tinha então tomado conta do espaço. Entre as vítimas mortais, somente a registar o caso do pequeno que escorregou das costas da mãe enquanto esta era salva da forte corrente de água.

Actualmente o espaço encontra-se quase que abandonado. Os alunos voltaram para concluir o ano lectivo, embora não nas mesmas condições que nos anos anteriores. Quanto aos moradores, alguns tiveram que procurar abrigo junto de familiares, ao passo que outros, por dificuldades de conseguir um novo abrigo, permanecem no local, aguardando por uma medida da direcção do complexo. (...)

Domingos João, o primeiro director angolano do complexo Cefopesca, escapou da morte por uma unha negra. «Quando me apercebi da chuva já a água estava ao nível do meu pescoço. Consegui buscar abrigo no topo de uma árvore, por lá permaneci das 5 as 12 horas. Por mim passaram viaturas, cadáveres, pessoas a lutarem para se salvarem. Até hoje não acredito que consegui sobreviver», reconhece.

Na altura das chuvas João acabava de regressar de Portugal, país onde permaneceu durante quatro anos em formação. Contou que tudo o que conseguiu trazer foi arrastado. «Perdi os documentos, dinheiro, e viaturas».

Domingos já não reside no Centro, mas ainda passa por lá, de vez em quando, mas como contou, fá-lo com grande sentido de pesar. «Assistimos a construção do Centro. Por dia construíamos quatro casas, era algo incomparável só visto mesmo, não sei como existem pessoas a viver nestas condições, mas sinceramente, não sei se conseguiria», reconheceu.

António Campos, o cidadão sueco, residiu durante 18 anos, no complexo, também participou da construção do complexo mediante uma organização Sueca, a mesma que financiou a construção do Centro de

Formação Pesqueira na zona. No Complexo, os populares que ainda residem lá transformaram as salas de aulas em residências.

Pelo menos foi o que constatamos, na sala de navegação, química, e dos professores. O Professor de navegação Silvestre Capusso deu-nos a visitar o interior da sua casa, que não é mais senão a antiga sala dos professores. «Tenho família e gosto de liberdade. Não me vejo a morar em casa de familiares nestas condições», referiu.

No entanto, apesar da destruição, os alunos ali inscritos regressaram pouco tempo depois da limpeza dos escombros no local. Com a conclusão do presente ano lectivo as informações que circulam dizem que, o mesmo estará encerrado no próximo ano lectivo porque a estrutura entrará em obras.

7.6 Estado do saneamento entra hoje em debate

Jornal de Angola...22-10-07

O Palácio dos Congressos, em Luanda, acolhe a partir de hoje, o II Seminário Nacional sobre saneamento e meio ambiente.

Segundo uma nota de imprensa, o encontro, que termina amanhã, realiza-se em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e abordará temas como "Tendência Global de Saneamento focalizando a África subsahariana", "Estado do saneamento em Angola", "Promoção das suas experiências de saneamento". O encontro contará com a participação de especialistas do Brasil, da África do Sul e do Malawi, que apresentarão as experiências dos seus países. O saneamento é considerado uma ferramenta chave dentro das grandes iniciativas do Governo de Angola voltadas para acelerar a redução das mortalidades materna e infantil e também para combater a cólera. A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2008 como o Ano Internacional do Saneamento (AIS). A resolução expressa preocupação sobre a lentidão e o insuficiente progresso feito com o fim de se atingir o alvo global do saneamento e foi reconhecido que o progresso pode ser feito através de compromissos activos e acções de todos os estados. O principal impacto da advocacia e actividades promocionais durante o ano serão a criação da consciência da importância do saneamento e o seu impacto para atingir os outros objectivos do Desenvolvimento do Milénio, vistos em três perspectivas, nomeadamente higiene, saneamento doméstico e esgotos. Constam ainda dos propósitos da ONUA, encorajar os governos e os seus parceiros a promoverem e

implementarem políticas e acções para atingir o objectivo preconizado bem como mobilizar as comunidades, particularmente grupos de mulheres com o fim de mudar as práticas de saneamento e higiene através de campanhas de saneamento, saúde e educação.

7.7 Benguela fornece água potável a 32 mil consumidores 24/24 horas

Jornal de Angola...26-10-07

Mais de 32 mil pessoas na cidade de Benguela e arredores consomem água potável 24 sobre 24 horas, segundo o coordenador da comissão de gestão da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela, Francisco Vieira Paulo.

"Chegou o tempo quente, período em que se regista maior consumo de água, mas agora temos um sistema que não cria constrangimentos na distribuição", disse o responsável.

A população de Benguela, acrescentou, desde a entrada em funcionamento da ETA-Caumbela, está a beneficiar de água em quantidade e com boa qualidade.

Presentemente, a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela está virada para a substituição de condutas antigas de transportação e distribuição e reparação de esgotos no centro e periferia da cidade.

"Fruto do referido trabalho, actualmente registam-se poucas rupturas na cidade e arredores. Isto é muito bom, uma vez que se tem evitado o desperdício de água"

7.8 Agua para as eleições

Agora...27-10-07

Dentre as comissões que o Presidente Eduardo dos Santos vem criando às catadupas nos últimos meses, surgiu igualmente a que tratará do programa de abastecimento de água às zonas rurais denominado "Água para todos".

O Presidente da República e chefe do Governo está com muita pressa e ordenou um tempo recorde para cumprimento da tarefa. À dita comissão, que tem à testa o ministro da Energia e Águas, foi-lhe dada o apertado prazo de 30 dias para apresentar ao PR o plano de acção do projecto, bem como o orçamento para o biénio 2007/2008.

Botelho de Vasconcelos e os seus homólogos da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Indústria, Administração do Território, Saúde e ainda o secretário do Conselho de Ministros, terão de fazer das tripas coração para, em tempo recorde, apresentar obra feita

ao chefe.

Tudo se complica ainda mais, dado que a designação zonas rurais ser demasiado generalista, não se sabendo quais as mais carenciadas e que serão priorizadas no conjunto das 18 províncias do país.

Aprovado em recente reunião do Conselho de Ministros, este projecto tem os seus objectivos fundamentais virados para as eleições de 2008 - perdem tempo os que insistem no seu adiamento -, sobrecarregando ainda mais o trabalho sobre-humano que vêm fazendo os operários e técnicos chineses em exclusiva obediência aos ditames eleitorais.

A terreno veio posteriormente o ministro Botelho de Vasconcelos garantir que a água potável chegará a 80 por cento do país até 2012, sem no entanto avançar custos, mas que todavia dá para fazer um brilharete nas eleições daquele ano.

As obras para o corta fitas da campanha eleitoral do próximo ano fazem-se a um ritmo estonteante - até aos domingos os chineses não descansam - ficando-se por aguardar a qualidade final. Como a pressa é inimiga da perfeição e a esse respeito Roberto de Almeida, presidente da Assembleia Nacional, Já lançará recentemente farpas que apenas podiam ter como primeiro destinatário o general "Kopelipa" director do invejável e poderoso Gabinete de Reconstrução Nacional.

Falando em estradas, a disparidade dos custos das empreitadas há muito suscitam desconfianças em relação às chorudas comissões que passarão pela porta do cavalo Não será certamente o caso, mas a nível exemplificativo suscita dúvidas a União Europeia financiar com 36 milhões de dólares os 80 quilómetros da reabilitação da estrada Humbe-Cahama e o arranjo da via do Hospital do Sanatório ficar por "apenas" 60 milhões de dólares!

Para a concretização do projecto, foi já um concurso para a contratação do empreiteiro - não vá o diabo tecê-las e da empresa de fiscalização que serão conhecidas em Dezembro próximo.

Por este aparente inofensivo exemplo se constata que o poder apenas actua com transparência quando a isso é forçado e por não ter outra saída, como sucede com o financiamento de organizações internacionais.

De outro modo nem se adjudicam, através de concursos, a construção de novas estradas nem da sua reparação e muito menos para a construção de quatro novos estádios de futebol para o CAN-2010. Pode argumentar-se que os biliões de dólares chineses dispensam adjudicações, como procedem todos os credores, mas pelo menos um destes estádios, será construído pela empresa Urbinvest da qual é sócia Isabel dos Santos e que também - pudera! - foi dispensada de concurso público.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Bié: ONG britânica destrói mais de mil engenhos explosivos

Angop...10-10-07

Pelo menos mil e 406 engenhos explosivos diversos foram removidos e destruídos, na província do Bié, pela Organização Não Governamental britânica "The Halo Trust", durante o terceiro trimestre do ano em curso.

De acordo com o director provincial da organização, Tomé Filipe, dentre os engenhos explosivos destruídos destaque para 50 minas anti-pessoal, 38 anti-tanque, mil e 69 engenhos explosivos não detonados e 13 munições de pequeno calibre. Os engenhos explosivos foram desactivados e recolhidos em alguns campos armadilhados, enquanto outros foram encontrados ao ar livre nos municípios do Kuito, Katabola, Chitembo e Kunhinga. No mesmo período, segundo ele, a Halo Trust clarificou uma área de 190 mil e 913 metros quadrados nas localidades referenciadas e reduziu o risco de minas numa área de 130 quilómetros de estradas. Tomé Filipe disse terem sido ainda repesquizadas uma área de um milhão 898 mil e 947 quilómetros quadrados, assim como 269 quilómetros de estradas. Durante o mesmo período, foram sensibilizados contra os riscos de minas 596 pessoas, sendo 156 homens, 169 mulheres e 271 crianças. "A clarificação destas áreas e a redução de risco de minas nas estradas estão a permitir o fomento da produção agrícola, a segurança e consequentemente aumento da circulação de pessoas e bens nesta parcela do país", disse. Actualmente, de acordo com o responsável, a sua instituição está a realizar trabalhos de desminagem em alguns campos minados nos municípios do Kuito, Chitembo e Katabola.

8.2 Homenagem aos heróis do jornalismo comunitário

Jornal de Angola...13-10-07

Esta semana tive a oportunidade de conviver mais de perto com um grupo de jovens e mais velhos que se dedicam ao jornalismo comunitário, no quadro de uma acção de formação promovida pela Open Society, no Huambo.

Há muito que tinha conhecimento do trabalho produzido por segmentos da sociedade comprometidos com a comunidade, como é o caso do Inforsambila, o

jornal comunitário do Sambizanga, que por pouco não desapareceu do mapa, por ter atravessado uma grave crise financeira, que felizmente conseguiu ultrapassar. Contudo, a real dimensão do trabalho desenvolvido por estes profissionais continua desconhecida para a maior parte da sociedade. Tratam-se de pessoas que se esforçam por colocar no mercado um meio de comunicação que divulga a vida da comunidade, os seus problemas, anseios e vitórias. Contrariamente a grande media, não têm grande alcance, se circunscrevendo aos municípios onde são editados.

Os envolvidos nestes projectos são verdadeiros heróis, que se fazem à rua em busca de notícias, muitas vezes a pé ou transportados pelos vulgos "candongueiros", sem grandes meios de trabalho, mas com uma vontade enorme de serem úteis à sociedade. Estes profissionais são verdadeiros heróis comunitários porque fazem todo este trabalho a custo zero, gerem meios de comunicação não lucrativos e ainda se sujeitam a incompreensão das autoridades locais, que, seguindo o exemplo do que os seus superiores hierárquicos fazem com os principais jornais privados do país, fecham as portas aos jornalistas na hora de prestar informações. O caminho que poderia ajudar a garantir a sustentabilidade destes jornais está vetado. Os empresários destes municípios não enxergam o alcance destes órgãos de comunicação comunitários e negam-se a publicitar os seus produtos. As vendas para pouco servem, senão para pagar algumas contas, como resmas de papel ou o preço das viagens nos candongueiros. 30 Kwanzas (menos 20 do que uma cerveja) é quanto custam estas publicações.

Tal como os grandes jornais privados deste país, os periódicos comunitários também travam uma luta constante pela sobrevivência, vivendo da tenacidade, empenho e doação pessoal, à custa de muitas renúncias, dos seus profissionais. Os jornalistas que labutam nestes jornais comunitários são estudantes (do ensino médio e universitário), activistas sociais e inclusive tive contacto com um sociólogo que, para além dos seus afazeres profissionais, dedica-se a esta causa. Diante do trabalho feito por estes voluntários ao serviço do direito de informar é incompreensível o comportamento das autoridades locais que ignoram o trabalho dos jornais comunitários e tentam sufocar esta boa iniciativa.

Tanto o Sambizanga como o Cazenga são municípios com grande índice de desemprego e consequentemente de criminalidade e o Governo já deixou claro que só, não pode combater este problema, até porque esta é uma missão que deve envolver todas as forças vivas da Nação. Com a criação de jornais comunitários abre-se uma porta de emprego para jovens que de outra maneira estariam entregues ao ócio, daí que é um comportamento acefálico negar-se a aceitar e apoiar

estas iniciativas.

Este comportamento é a extensão da forma como as autoridades centrais se comportam diante da mídia privada, com medo, como se tudo o que está a direita do jornalismo estatal tivesse uma doença contagiosa, de rápida propagação. A existência dos jornais comunitários é uma realidade e é irreversível, pelo que as autoridades locais deveriam mudar a forma como encaram este trabalho. Quanto aos empresários e pessoas de bem com possibilidade de ajudar, faço um apelo forte para que ajudem estes jovens.

A vocês que se dedicam ao jornalismo comunitário, não desistam!

8.3 Armas em posse de «populares partidários»

A Capital...20-10-07

Se O porta-voz da Polícia de Luanda, Intendente Divaldo Martins, entende que a questão do desarmamento às populações é mais abrangente do que apenas uma matéria policial, que deve envolver todo o governo, a UNITA que se impõe a promoção, com alguma urgência, do desarmamento da população civil, encarado como assunto prioritário de interesse nacional.

É que para Sakala e pares, as armas em mãos de populares, sobretudo aqueles que chamou de populares politizados, «são sempre um facto de intimidação e de violência gratuita».

Aliás, salienta o partido, com base nas conclusões recentes das Nações Unidas, pratica-se a tortura em Angola, ao mesmo tempo que é corrente a prática de detenções arbitrarias, socorrendo-se do que plasmou de «julgamentos populistas», de que foram os casos mais flagrantes os de Fernando Garcia Miala e do jornalista Graça Campos, encarado como um claro exemplo dos campos da revolução dos movimentos de libertação.

Tudo isso, sugere a UNITA, exige muita ponderação e transformações políticas urgentes na forma como o país é governado, dado que «sistema judicial está em profunda crise» e o «Estado tem de ser despartidário».

Os «maninhos» são de opinião que este tipo de observações e recomendações não deviam suscitar nervosismo, nem reacções emocionais, pois que apenas pretende, em nome da estabilidade democrática, um processo transparente, para que não se leve as eleições para o que partido considerou de «calendas gregas».

«O país vive transformações políticas importantes, que exigem mudanças de mentalidade, mudanças de atitude e de conduta, de dirigentes com responsabilidades de direcção», considerou Alcides Sakala na sua intervenção na Assembleia Nacional, na abertura de mais um ano

legislativo.

8.4 Créditos do BDA financiam projectos no Bié e no Huambo

Jornal de Angola...22-10-07

O Banco de desenvolvimento de Angola (BDA) procedeu à aprovação dos primeiros financiamentos num montante global de 307 milhões de kwanzas. Aprovados na quinta e sexta-feiras últimas, os oito créditos destinam-se a financiar diferentes projectos nas províncias do Bié, Cabinda, Huambo e Huíla e estão inseridos na estratégia do BDA de apoio à reestruturação e redinamização das cadeias produtivas do milho, feijão e da indústria dos materiais de construção.

Para a província de Cabinda, foram aprovados dois projectos inseridos na cadeia produtiva da indústria de materiais de construção de inerte, nomeadamente burgau, areão e areia e, por outro lado, de um projecto de ampliação e modernização de uma fábrica de janelas, portas e carteiras escolares, utilizando matéria-primas essencialmente local.

De acordo com uma nota da instituição, estes projectos irão contribuir para suprir as necessidades locais daqueles componentes de construção civil, numa altura em que a província conhece um crescimento acentuado deste sector.

No âmbito das cadeias produtivas do milho e do feijão, o BDA aprovou igualmente três outros financiamentos a favor de três cooperativas agrícolas sediadas nos municípios de Caála, na província do Huambo, Chinguar (Bié) e Matala (Huíla), visando a produção dos cereais.

Foram também aprovados três projectos de comércio rural para os municípios de Camacupa e Chinguar (Bié) e Quipungo (Huíla).

Estima-se que estes projectos venham a produzir um impacto substancial no fortalecimento das economias daqueles municípios, nomeadamente na geração de novos postos de trabalho e consequente diminuição dos níveis de pobreza no meio rural. O comité de crédito do BDA tem agendado para esta semana, a apreciação de 23 outros pedidos de crédito visando o financiamento de diferentes projectos nas localidades de Camacupa, Catabola, Lubango, e Matala (na Huíla), e Bailundo, Caála, Huambo e Londuimbale, na província do Huambo. Estes projectos inserem-se nas cadeias produtivas de produção agrícola e de comércio rural. No total, cerca de 157 beneficiários, entre pequenos e médios empresários e produtores, a título individual ou enquadrados em cooperativas de produção, serão abrangidos pelos primeiros financiamentos do BDA.

Em termos sectoriais, 55 por cento do valor global a ser financiado cobrirá necessidades da indústria transformadora, enquanto os sectores da agricultura e do comércio absorverão respectivamente 32 e 13 por cento.

8.5 Mais de 157 mil armas diversas recolhidas da população civil

Jornal de Angola...31-10-07

Cerca de 158 mil armas de diversos calibres foram recolhidas da população civil angolana, desde 1999 a Fevereiro deste ano, no âmbito das acções de desarmamento levadas a cabo pelo Governo de Angola. Esta revelação foi feita ontem, em Nova Iorque, pelo Sr. António Guterres, director das Organizações internacionais do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), embaixador Virgílio Marques de Faria, durante o debate temático sobre armas ligeiras e de pequeno porte, na 1ª Comissão da 62ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O arsenal recolhido inclui, segundo o diplomata, 60 mil e 110 armas de diversos calibres entregues pela Defesa Civil, 28 mil e 327 recolhidas durante o ano de 2006 e seis mil e 129 no primeiro trimestre de 2007.

O alto funcionário do Mirex disse que Angola continua profundamente preocupada com a questão do tráfico ilícito e a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte, devido ao seu impacto negativo na segurança e estabilidade de diferentes regiões do mundo, particularmente do continente africano.

"As armas ligeiras e de pequeno porte desestabilizam regiões e programas de assistência humanitária, incitam e prolongam conflitos, prejudicam as iniciativas de pacificação, exacerbam as violações dos direitos humanos, perturbam o desenvolvimento social e humano e fomentam uma cultura de violência", sustentou.

Por este motivo, disse, o Governo angolano reconhece a importância da Moratória da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) sobre a Importação, Exportação e Fabrico de Armas Ligeiras, assim como o Protocolo da SADC sobre o controlo de armas de fogo, munição e material relacionado dentro da região, a Declaração de Nairobi e a Declaração de Bamako da então OUA.

Afirmou igualmente ser necessário assegurar uma implementação e acompanhamento robustos da Conferência e Plano de Acção da ONU, assim como a consideração de instrumentos legais multilaterais, em particular os relacionados à mediação, marcação e localização de Armas Ligeiras de Pequeno Porte.

Sobre as acções que o Governo angolano desenvolve

neste sentido, realçou a criação da Comissão Nacional de Desarmamento da População Civil e da Comissão para a Materialização do Programa de Acção sobre o Comércio de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, que considerou um dos maiores sucessos do país, no empenho nacional para assegurar uma solução viável ao problema.

A elaboração do Anteprojecto de Programa de Desarmamento da população civil, da proposta de custos deste processo, a programação de seminários, com a ajuda da ONU, para a formação de formadores no domínio do desarmamento da população civil e a troca de experiências com países vizinhos que vivem a mesma realidade, foram outros dos passos dados pelo executivo angolano